

ATAS

Folha 30



Ata 88

Aos dias 31 do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Corfebol, com a mesa presidida pelo Prof. Mário Santos, e com o seguinte ponto único da ordem de trabalhos:

Ponto único – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2018

Após as boas vindas, foi dada a oportunidade ao Dr. Nuno Fonte, em representação do Fiscal Único de dar algumas notas explicativas sobre o Relatório Financeiro e Contas.

De seguida foi dada palavra ao Presidente da Federação para também dar algumas explicações e informações complementares ao Relatório de Actividades.

Sendo de seguida dada oportunidade aos delegados para colocarem as suas questões e pedidos de esclarecimento, foi concluída a apreciação e discussão do Relatório e Contas de 2018 tendo sido colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Não mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia Geral, da qual foi lavrada a presente ata

Mário Santos

Presidente

José Pavoeiro

Vice-presidente

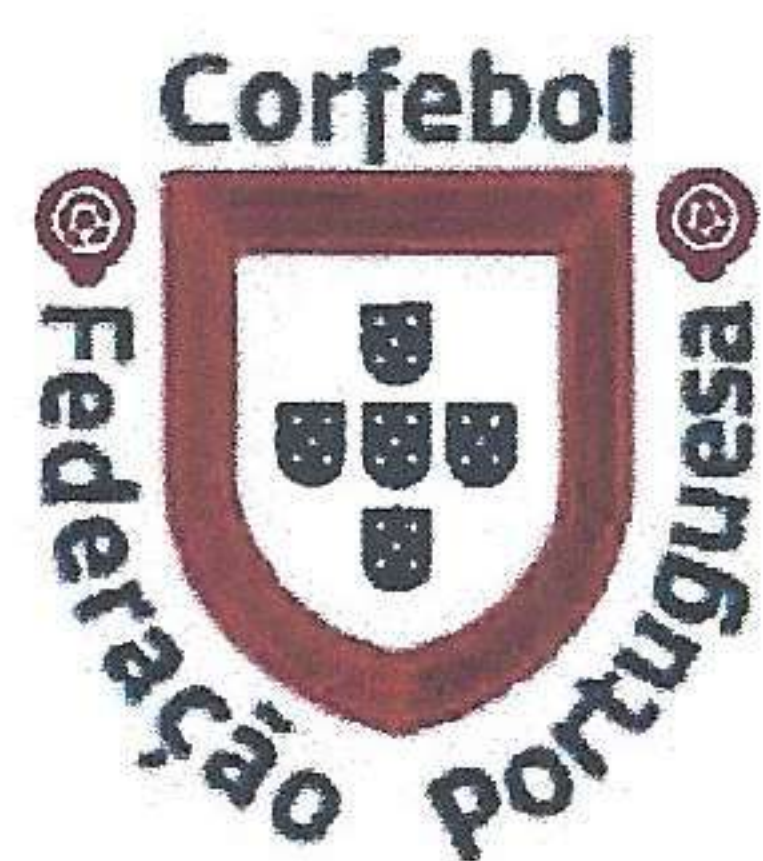


Relatório e Contas da Direcção

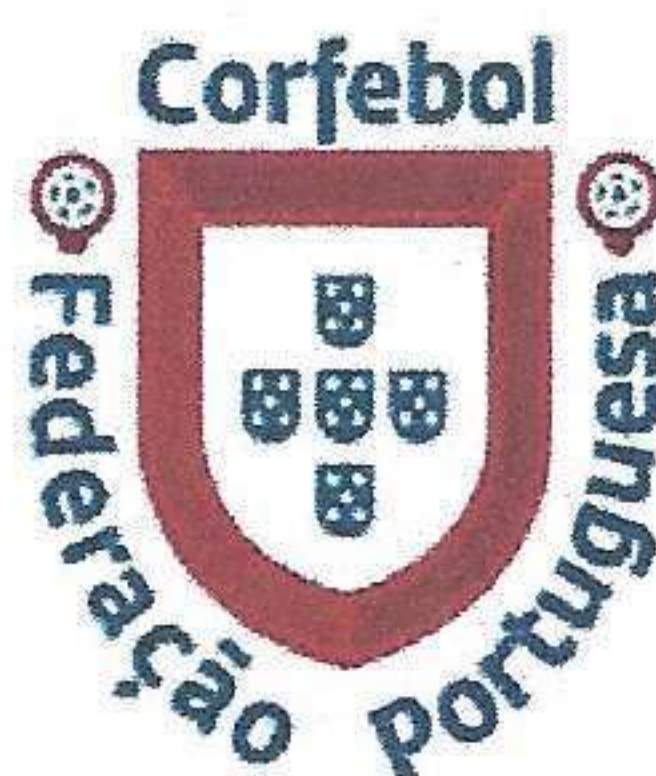
e

Parecer do Conselho Fiscal

referentes ao Exercício 2018



Relatório da Atividade



INTRODUÇÃO

O esforço levado a cabo no desenvolvimento do Corfebol, ao longo destes últimos anos, de retorno difícil de mensurar, tem assentado numa assinalável disponibilidade e resiliência da reduzida estrutura do FPC perante um contexto adverso à mobilização das organizações desportivas e ao financiamento público e privado para comportar a escala dos diversos projectos e acções que se pretendem desenvolver.

Apesar de, se estarem a criar raízes regionais que no norte quer no centro, o que é certo é que estão longe de uma autonomia que não apele ao envolvimento da estrutura central, sujeita a vencer as linhas de comunicação longas que os separam. Podemos no entanto relevar que os aspectos prático de demonstração e prática começam a revelar que há já capacitação suficiente para acontecerem regionalmente.

Da experiência de exercícios anteriores, ressaltam evidentes os constrangimentos em alargar e diversificar a base de apoio e sustentabilidade às actividades programadas exigindo necessárias redobradas cautelas na programação de actividades, abstenção de muitas outras e sustentabilidade financeira dos projectos, dando clara prioridade em torno de projectos estruturantes, salvaguardando ao limite o equilíbrio financeiro da Federação.

Contribuem para a pressão sobre a despesa um acréscimo da actividade competitiva internacional, de inevitáveis custos impostos pelo transporte e logística e por esse motivo um esforço de financiamento à banca para antecipação de valores contratados futuros, para acorrer a pagamentos precoces pedidos pela IKF, pelos organizadores dos torneios e campeonatos e também pelas transportadoras, fazendo concentrar o volume principal da despesa na primeira metade do exercício.

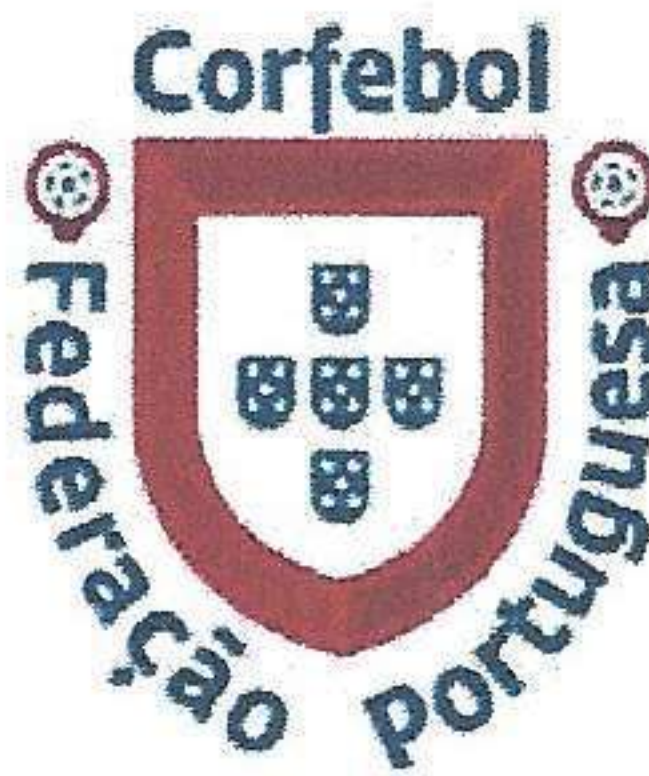
É assim que este ano assinalável em resultados internacionais, que se relevarão à frente, não pôde deixar de confirmar que este dever de representação internacional, contas feitas, correspondeu a um importante encargo para a Federação, mas que em contrapartida contribuiu para um ascenso do prestígio do nosso corfebol e dos atletas portugueses em particular, sendo hoje bandeira de apresentação do Corfebol em todas as iniciativas de desenvolvimento e sessões públicas de intervenção.

Foi também o Corfebol Português internacional que nos levou por duas vezes ao direto da BolaTV e uma extensa entrevista na KuriakusTV.

No entanto a FPC não perdeu o foco nos superiores interesses da instituição na gestão dos projetos e missões de desenvolvimento do Corfebol nacional, em especial na especialização dos seus quadros competitivos, enquanto visando

1. Promover o Corfebol e o valor social das suas características desportivas e co-educacionais;
2. Contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo através de medidas que responderam eficientemente às múltiplas oportunidades, com que nos deparamos;
3. Gerir e planear de uma forma criteriosa, objectiva e sustentável as múltiplas acções com vista ao desenvolvimento do Corfebol no país;
4. Envolver parceiros externos que qualificam e potenciam o nosso programa de acção;
5. Granjear o respeito das entidades de governo, autarquias, parceiros desportivos nacionais e internacionais;

A Direcção



6. Amplificar o retorno do investimento em torno da modalidade.

Deste modo, todos os projectos e acções apresentados neste Relatório de Actividades visaram alcançar os objectivos gerais por que pugnamos: o desenvolvimento e visibilidade do Corfebol.

POLÍTICA INSTITUCIONAL

O decurso de anos de gestão da Federação tem relevado a importância de iniciativas do foro institucional que eleve a discussão e atenção sobre as características específicas e únicas da modalidade a esferas da vida social e política que não estão no trajecto natural da actividade desportiva.

São disso exemplo a insistente e persistente iniciativa de contacto com as autarquias locais, quer os seus órgãos quer as suas divisões orgânicas, seja pela actividade desportiva seja pelas iniciativas ligadas às academias e desporto nas escolas seja no desenvolvimento da disciplina adaptada.

Pontos habituais da relação com a FPC são os vereadores e suas divisões de desporto, educação e acção social.

Há no entanto esferas da decisão que decorrem da administração central e das leis restantes peças legislativas que extravasam o raio de acção das autarquias, pelo que o Presidente iniciou um conjunto de acções tendentes a levar o Corfebol ao Parlamento, aos Grupos Parlamentares e Governo.

Solicitadas audiências aos vários Grupos Parlamentares já se concretizaram ainda em 2018

- 12 de Dezembro - Bloco de Esquerda
- 18 de Dezembro - Centro Democrático Social
- 20 de Dezembro - Partido Social Democrata
- 20 de Dezembro – Partido Comunista Português

Em todas elas a FPC, representada pelo seu Presidente, foi acolhida pelo Deputados com elevada consideração e apreço, nomeadamente pela iniciativa rara de contacto directo com o Parlamento, geralmente alheio aos condicionalismos e conjunturas do desporto e das federações desportivas.

Os pontos fortes da nossa intervenção nas audiências nortearam-se pela adequabilidade do Corfebol ao mundo escolar, misto, e escola de cidadania e sua ampla divulgação como ferramenta de prática de igualdade e inclusão, num tempo em que toda a sociedade e a esfera política se confronta com a criminalidade associada à violência doméstica, ao bullying, à violência no namoro e outros flagelos que em muito evidenciam as características instrumentais únicas da modalidade, assente nos princípios da igualdade de género, da inclusão e da colaboração.

Objectivo estratégico apresentado: o Corfebol deve ser curricular no ensino.

Acabou o ano de 2018 a meio caminho destas iniciativas estando já em agenda as audiências com os restantes Grupos Parlamentares e audições na Sub-comissão para a Igualdade e Não Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos

A Direcção



Liberdades e Garantias e no Grupo de Trabalho do Desporto da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Reconhecimento do Corfebol na Igualdade de Género

O reconhecimento da estratégia da FPC e das características únicas do Corfebol, pela Secretária de Estado para Cidadania e Igualdade, materializou-se pela indicação do Presidente da Federação para o lugar de Observador do Conselho Consultivo da Comissão da Igualdade e Cidadania, agência governamental que lidera no terreno as políticas governamentais de combate às desigualdades sociais, em parceria com um vasto leque de ONGs interventivas junto da população.

EUROPA SHIELD 2018 EM ODIVELAS

Foi seleccionado Portugal como país organizador deste evento internacional de clubes.

A FPC contou com a parceria do Grupo Desportivos dos Bons Dias, Clube do Concelho de Odivelas, nomeadamente na área da logística.

Foi submetido uma candidatura ao IPDJ, enquadrada no Programa 5 (Eventos Internacionais), que mereceu um apoio financeiro parcial e condicionado pelos custos elegíveis, sendo obrigações contractuais mais relevantes para o evento:

- Garantir as instalações desportivas para os 3 dias de realização da competição.
- Garantir transporte do aeroporto (ida e volta), alojamento e alimentação para 14 oficiais da Federação Internacional durante 5/6 dias.
- Garantir serviços de lavandaria para júris e árbitros.
- Garantir sistema de transfer para equipas e oficiais.
- Garantir serviços de fisioterapia para equipas e árbitros.
- Garantir serviços médicos e respetivo plano médico do evento.
- Garantir catering para Zona VIP durante os 3 dias da competição.
- Garantir todos os equipamentos informáticos e logísticos de apoio à competição e às várias reuniões de árbitros júris (videoprojector, Pc's, Impressoras etc.).
- Organizar Cerimónia Oficial com a Autarquia para os representantes das delegações com ofertas às delegações e oficiais.
- Apresentadores fluentes em Inglês.
- Nomear operadores de Scorbord e Shotclock
- Montar um Press Centre devidamente equipado para jornalistas e fotógrafos.
- Garantir 1 fotógrafo oficial pago pela FP Corfebol.
- Contratar seguros de responsabilidade civil.
- Plano de Marketing e acções de promoção do evento.
- Contratar filmagem em direto de cerimónias de abertura e fecho e de todos os jogos.

O balanço foi muito positivo na medida em que conseguimos organizar um evento internacional, com sucesso, garantindo todas as condições e requisitos colocados pela Federação Internacional, a que contratualmente estávamos obrigados, tendo sido reconhecidos pela Federação Internacional como mais um evento relevante.

A Direcção



Um dos objectivos deste evento foi o de promover a modalidade no Conselho de Odivelas, razão pela qual a cidade foi escolhida para acolher este evento, tendo por essa razão sido realizadas várias iniciativas de dinamização em várias escolas, quer com professores, quer com alunos que culminaram num Torneio Inter-turmas e que se realizou no segundo dia e em paralelo com a competição. Esse Torneio atraiu jovens, professores e pais ao pavilhão Multiusos, e que pela primeira vez puderam ver jogos de Corfebol, tendo em vista que no final do Torneio, todos foram convidados a assistir a alguns dos jogos do Europa Shield.

Apesar da qualidade, aliás reconhecida pela IKF, e do impacto desportivo decorrente de um evento desta natureza, a folha final de contabilização acabou por demonstrar que o mesmo viria a apresentar um resultado líquido negativo que veio a influenciar de forma significativa, pela negativa, as contas da FPC, deste exercício num valor próximo dos 6 mil euros.

Contribuíram para este resultado financeiro 2 fatos:

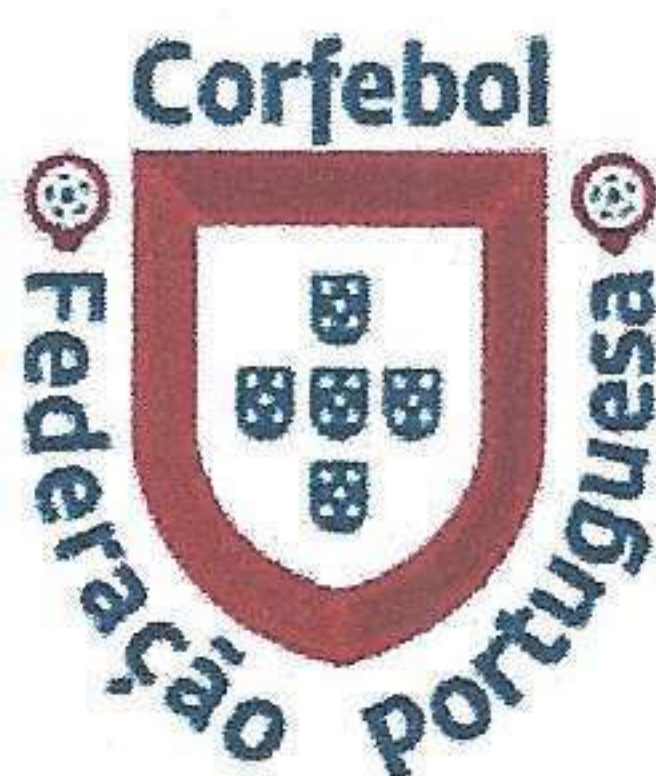
1. A quadratura do contrato com a IKF, que acarreta um conjunto vasto de responsabilidades nomeadamente de acolhimento e acomodação gratuita de um vasto número de *officials*
2. Pela não obrigatoriedade das equipas seguirem qualquer das opções de logística apresentadas pela FPC, mesmo aprovadas pela IKF, e de cuja utilização surgem sempre poupanças ou rendimentos de escala que tornam custeáveis este tipo de eventos, a popularidade conjuntural do turismo e opções, mesmo que longe em Lisboa, deslocou a maioria das equipas para soluções próprias, mesmo que reconhecidamente menos vantajosas.

AS ACADEMIAS DE CORFEBOL DO 1º CICLO

O ano de 2018 ficou marcado pelo reforço da actividade nas 3 academias de corfebol do 1º ciclo: Laranjeiras, Braamcamp Freire e Coimbra mercê de uma visão mais estruturada da prática e apoiada por professores e monitores, envolvendo centenas de crianças semanalmente:

1. Academia das Laranjeiras – sustentada no 3º ano de contrato de parceria com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, conta com no conjunto das três escolas básicas do agrupamento com uma forte contribuição da EB das Laranjeira, a maior do Agrupamento das Laranjeiras. Este Agrupamento tem a característica peculiar de a sede do agrupamento (Escola Secundária D, Pedro V) se encontrar sediada numa outra freguesia, gerando uma descontinuidade com o resto das escolas do grupo. Nesta Academia a actividade semanal, em cada uma das escolas, decorre durante os CAF e é levada a cabo por monitores indicados pela Federação.
2. Academia de Braamcamp Freire (aka Pontinha) – assente na parceria entre o Agrupamento do mesmo nome, o Município de Odivelas e a Federação, integrando 7 escolas básicas, onde o Corfebol está integrado no horário curricular e é leccionado por 4 técnicos designados pela FPC. Tendo iniciado esta actividade no arranque do ano lectivo de 2018/2019 já evidencia uma franca actividade de centenas de crianças do 1º ao 4º ano, incluindo no seu programa torneios intra e inter-escola.
3. Academia de Coimbra – resultado da parceria da FPC com o CASPAE de Coimbra cobriu, durante 2018, 10 escolas básicas de Coimbra, com mais de 600 alunos, num

A Direcção



enquadramento nas AECs, cujos professores são contratados por aquela IPSS, que inclui uma Academia de desporto, na sua estratégia. Durante 2018 (29 de Abril) Coimbra foi palco do 1º encontro nacional de Academias, que teve lugar no Pavilhão Municipal, Dr. Mário Mexia, reunindo mais de 100 crianças em 12 equipas de Coimbra e Lisboa.

O sucesso desta estratégia depende da capacidade de se poder preparar as escolas EB23 dos referidos agrupamentos para, acolhendo o grosso dos alunos oriundos do 1º ciclo e com a sua prática regular de Corfebol, pelo menos durante os últimos anos, possam dela dar continuidade.

É um trabalho em profundidade no enquadramento do ensino, mas que também para as crianças e jovens que se queiram orientar por um comportamento, releva a importância de clubes exteriores ao ensino para competir.

Há um esforço grande nesta direcção por parte das iniciativas da FPC, mas são conhecidas debilidade de história fora da área metropolitana de Lisboa.

2019, trará com certeza boas notícias decorrentes do esforço aplicado nesta direcção.

PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Decorreu no seu 3º ano a implementação do Contrato Programa para o quadriénio, que visa desenvolver actividades de prática, ensino e divulgação da modalidade co-financiadas pela Junta de Freguesia, para alavancar o desporto, igualdade e bem-estar dos seus fregueses, bem como potenciar o desenvolvimento do Corfebol e a sua estrutura federativa, verificou-se:

1. Continuação da atividade da Academia de Corfebol e do Agrupamento de Escolas
2. Atividades periódicas de divulgação pública integrada no Lisboa vai ao Parque
3. Apoio ao desenvolvimento das Seleções Nacionais e equipamento federativo.
4. Realização da Cerimónia Anual de Entrega de Prémios e Diplomas, no Palácio dos Marqueses de Fronteira, com federados e agentes desportivos, e as mais altas individualidades.

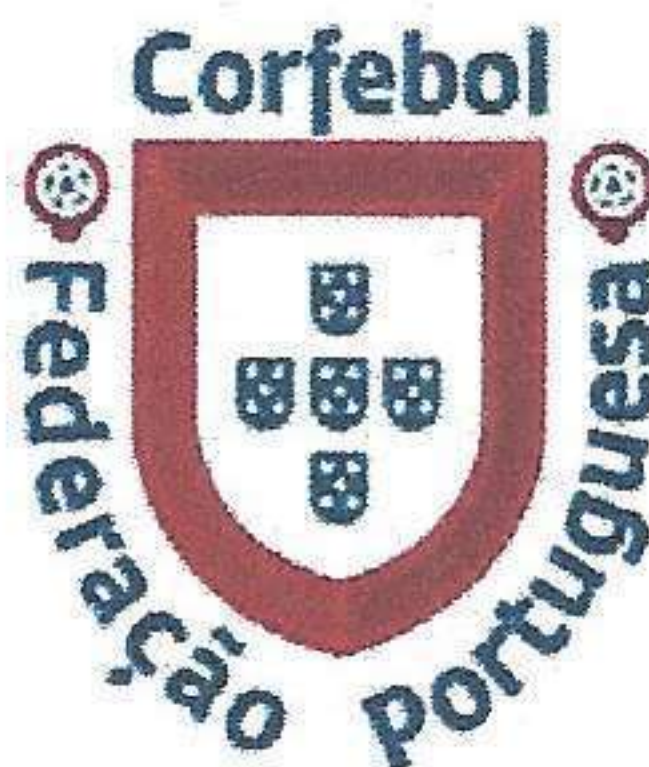
QUADRO COMPETITIVO NACIONAL

O Quadro Competitivo Nacional, que registou mais de 270 jogos oficiais, desenrolou-se num enquadramento de três Divisões, que disputaram o Campeonato Nacional em paralelo com a Taça de Portugal, e terminando com a SuperTaça Mário Godinho, em 1 de Novembro de 2018.

Os campeonatos nacionais terminaram com play-offs entre os primeiros 4 lugares da classificação final de cada divisão.

Os campeonatos nacionais de Juvenis e Juniores decorreram com base em torneios agendados a partir de Dezembro de 2017, envolvendo a realização de 127 jogos, e que ditaram os respectivos campeões nacionais. Para outros escalões mais jovens foi acordado com os clubes a forma competitiva sendo encontradas formas de integração com o desporto escolar dos mesmos escalões (iniciados e infantis).

A Direcção



A Taça de Portugal concluiu-se com a Final4, e que constituiu pela qualidade e concentração dos jogos uma boa oportunidade de divulgação da modalidade, tendo como palco o Pavilhão do CCRAM.

Realizou-se a grande jornada de Corfebol de Praia, no estádio de areia da Costa da Caparica, tendo constituído a base de recrutamento de atletas que vieram a constituir a Seleção Nacional de Praia a disputar o Campeonato do Mundo na Bélgica, no mês de Agosto.

São de realçar assim os seguintes resultados qualitativos:

1. as mexidas no tradicional ranking de equipas e suas qualificações na 1ª divisão
2. o aumento da competitividade nas 2ª e 3ª divisões evidencia uma melhoria no trabalho de desenvolvimento nas camadas de formação dos clubes de onde emerge uma maior maturidade e talento
3. o aumento do número de equipas e jornadas de equipas de escalões jovens como aposta de futuro, e uma maior articulação com o Desporto Escolar
4. a reafirmação da competição de praia como um instrumento de alargamento competitivo e de visibilidade da modalidade.

Tendo em consideração as necessárias actividades preparatórias dos clubes, com o reagrupamento e inscrição dos seus atletas, pós-pausa de verão e a oportunidade para começar mais cedo a época desportiva, no que concerne ao quadro competitivo oficial, devido à não existência de uma competição internacional sénior, não foi realizado um chamado torneio de abertura.

DESPORTO NAS UNIVERSIDADES

Pelo 6º ano consecutivo e com um número crescente de formações realizou-se o Campeonato Nacional Universitário no complexo desportivo da Universidade de Aveiro.

É sempre difícil o enquadramento de calendário do CNU porquanto tem por uso ser calendarizado pela FADU, no enquadramento dos Campeonatos Universitários, num momento de grande actividade do quadro competitivo oficial. Desta forma as formações que contariam com estudantes universitários federados vêem-se quartados de com eles contar, pondo em alguns dos casos em risco mesmo a própria participação no CNU.

Mesmo assim, com significativa presença de atletas sem percurso competitivo federado, este campeonato contou com arbitragem oficial requisitada pela FADU à FPC.

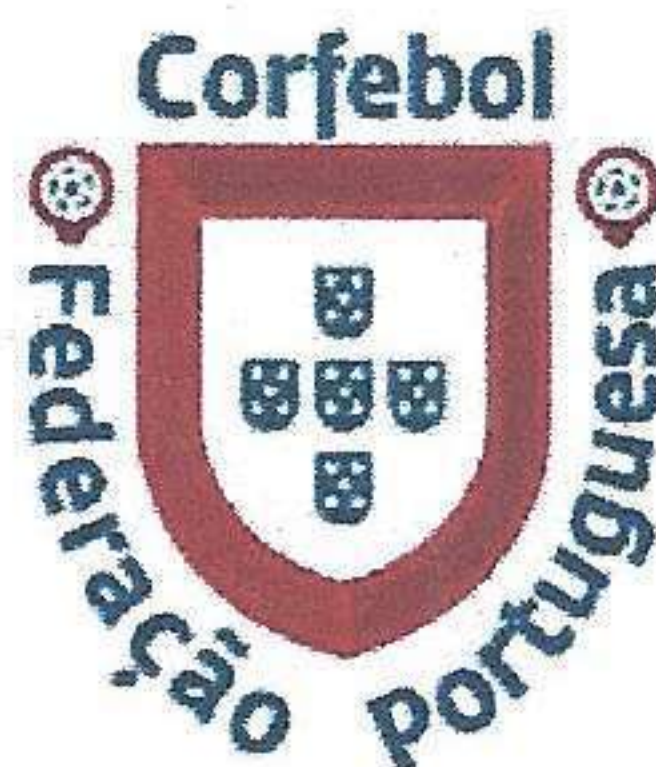
Embora tenha sido amplamente anunciado, o Campeonato do Mundo Universitário, agendado para o verão na UTAD, foi cancelado por razões que nos são alheias, em particular resultante da falta de acordo entre a IKF e a FISU.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Todos os objectivos foram alcançados definindo 2018 como o melhor ano de participação internacional de sempre, com dois vectores principais:

1. Portugal participou em todos os escalões e formatos de competição internacional ao nível de selecções nacionais

A Direcção



2. Portugal afirmou-se no seu enorme potencial transversalmente a estas participações.

Classificações obtidas nas competições de 2018

- Sub15 - Série A - Vice-campeões do Mundo, Série B - Campeões do Mundo
 - Nos vários jogos disputados a Selecção Portuguesa só não ganhou à Holanda
- Sub17 - 8º lugar Taça do Mundo
- Sub19 - 4º lugar Campeonato da Europa - apurados para o Campeonato do Mundo de 2019
- Sub21 - 4º lugar do Campeonato do Mundo
- Seniores Beach Korfball - Vice-campeões do Mundo
 - Deslumbrante repetição do sucesso de 2017, sendo também de destacar as vitórias contra ambas as equipas da Holanda
- Seniores In-door - 3º lugar Campeonato da Europa
 - Foram várias as marcas distintivas desta participação, mas a que fica seguramente para a história é a vitória renhíidissima contra a Bélgica, destronada do pódio onde se quedava à dezenas de anos. Portugal viu também confirmado um dos grandes objectivos: ser apurado para Campeonato do Mundo 2019, que se realizará em Durban, na África do Sul.

A estratégia seguida tem duas consequências centrais: a necessidade de manter este nível de presença respondendo à grande expectativa gerada nos praticantes e fans de Corfebol quanto às oportunidades de representarem Portugal nas competições internacionais, e por outro, ter uma leitura de carreira internacional dos treinadores e atletas que permita rentabilizar o investimento técnico e financeiro decorrente de um trajecto que começa bem cedo nos sub15 e almeja identificar e preparar talentos para integrar as selecções seniores.

Foi também determinante para esta fase de sucesso ter sido estendido o tempo de preparação a um calendário mais vasto e menos concentrado na aproximação das competições.

No que concerne aos Sub15, foram convidados a observação atletas integrados em equipas do Desporto Escolar, tendo daí resultado a identificação precoce de novos valores e que serão chamados a participar em futuras iniciativas de internacionalização.

Numa perspectiva de desenvolvimento de futuro a FPC continuou a sua linha estratégica de preparação de valores e talentos internacionais. A sua particular atenção às camadas mais jovens e sua maturação dos novos valores quer na experiência de convívio com características diversificadas do Corfebol Internacional quer na preparação psicológica quer física, indispensáveis à carreira desportiva individual.

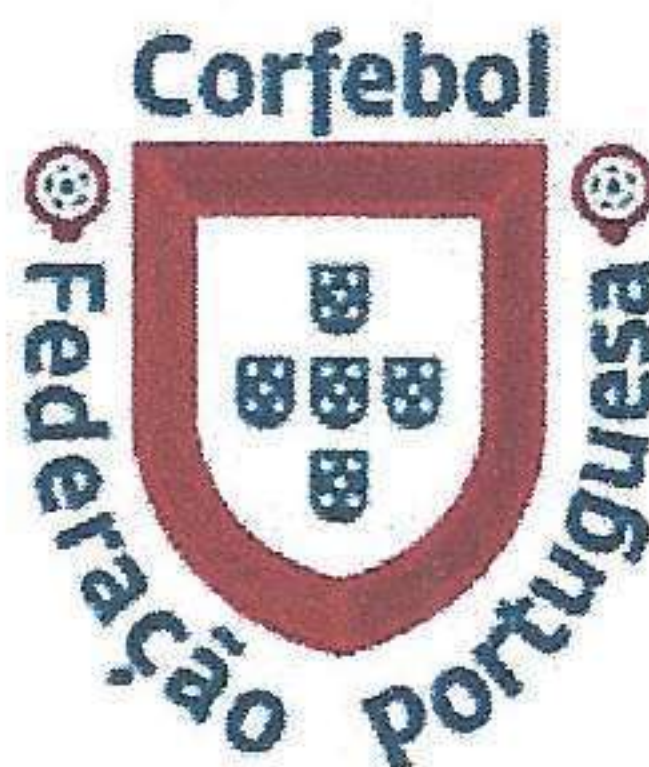
PROGRAMA NACIONAL - DESPORTO PARA TODOS

Nesta 4ª época foram executados 2 eixos de ação:

1. Realização do Quadro Competitivo Adaptado
2. Alargamento às regiões Norte e Sul

1º eixo - Quadro Competitivo Adaptado

A Direcção



Parcerias: Escola Secundária Pedro Alexandrino, Câmara Municipal de Santarém, Câmara Municipal de Mafra, APERCIM.

O Campeonato Nacional de Corfebol Adaptado integra o Quadro Competitivo de Corfebol, e é supervisionado pelo Diretor da Federação Portuguesa de Corfebol, para as Competições.

Os Clubes representando as Instituições de Acolhimento (IPSS, CERCIS, APPACDMS, entre outras) inscreveram equipas na 1ª e 2ª divisões, consoante o seu nível técnico e de acordo com os critérios estabelecidos para:

- 1ª divisão – equipas cujo nível geral dos praticantes seja bom.
- 2ª divisão – equipas cujos níveis de praticantes apresentem níveis de dificuldades técnicas e funcionais mais acentuadas. Em fase de iniciação e ou com prática de treino desportivo reduzido, cujas performances estejam abaixo dos parâmetros da 1ª divisão.

Dessa forma foram realizadas jornadas distritais que após e mediante as classificações deram origem à seleção dos quatro primeiros classificados de cada uma das divisões de cada distrito, tendo a competição culminado numa fase final, em que as oito equipas disputaram, num sistema de todos contra todos a uma volta, o lugar de Campeão Nacional de Corfebol Adaptado da 1ª e 2ª Divisão.

A 1ª Jornada distrital realizou-se no dia 16 de Maio de 2018, no pavilhão da Escola Secundária Pedro Alexandrino. Foram 8 as equipas participantes: AFID 1, Casa de S. Vicente, CERCITEJO, Elo Social, Quinta Essência, AFID 2, AMORAMA, CCRAM.

A 2ª Jornada distrital foi realizada no dia 4 de Junho de 2018, no Pavilhão Municipal de Santarém, contando com o apoio da Câmara Municipal de Santarém. Foram 8 as equipas participantes: APPACDM SANTARÉM, CERCIPOM, CRIAL, CRIT, APPACDM MARINHA GRANDE, CERCIPENICHE, CRIA, OASIS. As equipas jogaram todas entre si, na respetiva divisão.

A fase final foi realizada no Pavilhão Municipal de Mafra com o apoio da Instituição APERCIM e Câmara Municipal de Mafra, no dia 12 de Novembro de 2018. As equipas que ficaram apuradas para a final foram na 1ª divisão a APPACDM Santarém, CERCIPOM, AFID 1 e a CERCITEJO; e na 2ª divisão a CERCIPENICHE, OASIS, AMORAMA E AFID 2. Nas distritais as equipas jogaram todas entre si, na respetiva divisão. Nas finais, defrontaram-se os 3º e 4º classificados da primeira fase para apurar o 1º e 2º lugares na competição.

2º eixo – Alargamento às regiões Norte e Sul

Parcerias: ANDDI (Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual), Câmara Municipal de Portalegre, CERCIPORTALEGRE, FENACERCI.

Um dos grandes objetivos deste projeto é a sua disseminação a outras regiões do país, granjeando cada vez mais um maior número de instituições e praticantes de Corfebol. Este ano a FP Corfebol contou com a importante parceria da ANDDI, na zona Norte do país, tendo participado nos seguintes eventos com acções de dinamização de Corfebol Adaptado:

A Direcção



1. 1ºs Jogos ANDDI Portugal - Mealhada 2018

Realizados nos dias 5 e 6 de maio de 2018 na cidade de Mealhada, tendo contribuído para promover e reforçar a notoriedade do desporto para pessoas com deficiência como um exemplo de que a prática desportiva garante uma inclusão maior numa sociedade que deve ser de todos.

2. Jornadas Inclusivas de Viseu

Inseridas no dia Internacional da pessoa com deficiência

3. "KorfCAVA 2018"

Decorreu no Pavilhão Municipal Professor Aníbal Nascimento, atividade organizada pelo CAVA (Clube Amigos de Vieira), pela Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual (ANDDI), em parceria com a FP Corfebol. Este evento contou igualmente com o apoio do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo, da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e da Câmara Municipal de Vieira do Minho.

A actividade consistiu num encontro experimental de Corfebol, integrada nas comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, assinalando os 28 anos da ANDDI-Portugal, os 13 anos do CAVA.

No que concerne ao alargamento a Sul a FP Corfebol contou com a cooperação da FENACERCI que fortaleceu a divulgação do projeto para todas as suas associadas CERCIS, tendo recolhido onze novas inscrições de Instituições: CERCIPORTALEGRE, CERCISA, CERCIMB, APPACDM Elvas, Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, CERCIPóvoa de Sta Iria, Casa do Povo de S. Bartolomeu de Messines, APPACDM de Portalegre, APPACDM de Setúbal, CRACEP, CERCIBEJA.

Foi realizada uma ação de formação no dia 17 de Dezembro de 2018, no Pavilhão Municipal de Portalegre, cedido pela Câmara Municipal de Portalegre, onde foram abordadas as seguintes matérias:

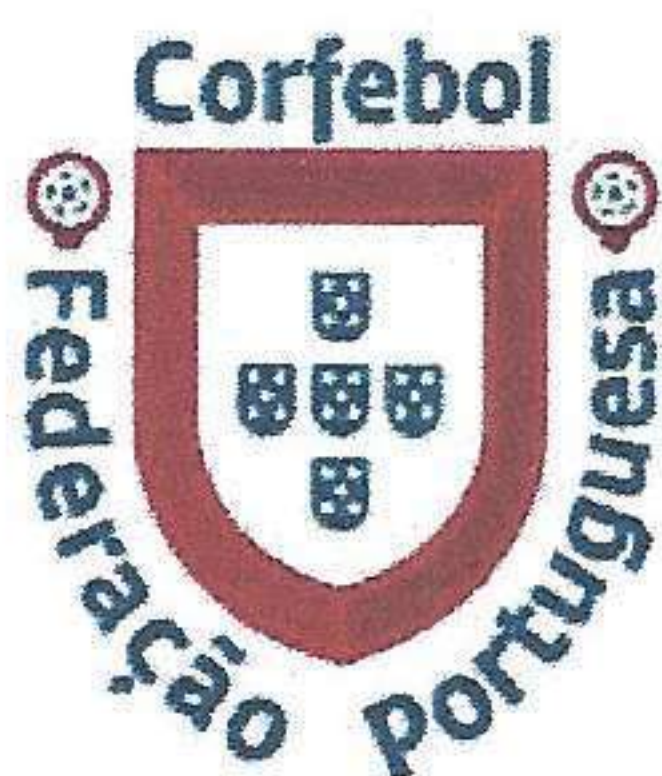
Princípios fundamentais do Corfebol, regras corfebol adaptado, técnicas e táticas ofensivas e defensivas, valores e princípios da equidade de direitos, nomeadamente no desporto, prática supervisionada.

As Instituições foram equipadas com kits de Corfebol constituídos por postes (cesto, base e haste) e bolas de Corfebol para que possam dar continuidade à prática da modalidade na Instituição, assim como integrar já o quadro competitivo de Corfebol na próxima edição que se espera vir a implementar o mais brevemente possível.

Avaliação global das ações realizadas

Consideramos que os objetivos que temos vindo a propor desde a nossa primeira candidatura, têm vindo a ser alcançados, possuindo por isso garantias de sustentabilidade, tendo em vista que o estímulo inculcado pelo Corfebol nesta comunidade, tem vindo a suscitar um grande dinamismo não apenas na comunidade de técnicos e profissionais que trabalham diariamente com os atletas e que continuam cada vez mais motivados e apostam na continuidade do projeto, mas também pelos próprios atletas cuja satisfação na prática da

A Direcção



modalidade se torna cada vez maior pelos exemplos de superação dos limites e pelo importante modo de inclusão através do desporto, com vista à reabilitação, treino de capacidades, desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis e integração social.

Por outro lado, aceitar e respeitar a diferença, compreender a necessidade de garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos, com ou sem deficiência, é um princípio cada vez mais importante na atualidade.

Nessa perspetiva, acreditamos que continuar a abrir as portas a esta população não é uma ação de solidariedade, mas sim um dever social, assegurando que as necessidades especiais de determinada população não sejam impeditivas de participar ativamente em todas as áreas da sua vida, designadamente, a área desportiva.

Como sabemos o desporto é muito importante para a inclusão social de cidadãos portadores de deficiência, além de ajudar a combater o sedentarismo, também ajuda a aumentar o bem-estar físico, psicológico e social do indivíduo.

O Corfebol é por si, um desporto que centraliza uma série de valores de cooperação e de igualdade do género, sendo a inclusão das pessoas com deficiência, a continuação da promoção desses e de outros valores, tais como o respeito, a aceitação e a igualdade.

O empenhamento nesta comunidade é percebido e interpretado das mais variadas formas, determinando um momento de aproximação, acabando por constituir uma excelente oportunidade para transmitir saberes e experiências.

A nível dos impactos sociais consideramos que o projeto convergiu para uma consciencialização social mais ativa relativamente aos benefícios da prática desportiva decorrente da adoção de estilos de vida mais saudáveis. Pelo sucesso que tem vindo a obter, ambicionamos que possa vir a ser respeitado e considerado como uma "best practice" levando a que outras organizações desportivas o tomem como modelo adaptando as suas modalidades à pessoa portadora de deficiência.

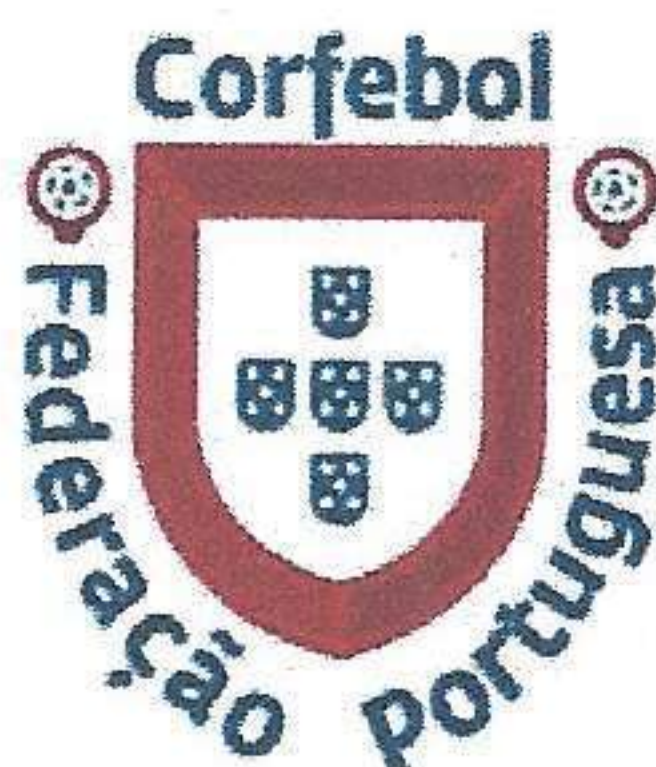
Por outro lado, dotando os Técnicos dos conhecimentos necessários para que possam ensinar a modalidade e os seus valores de igualdade de género, de inclusão e de cooperação, a pessoas com deficiência, tendo em vista ao treino das suas aptidões, à sua reabilitação, ao aperfeiçoamento de hábitos mais saudáveis contribui com toda a certeza para uma maior integração social na comunidade.

Também e no respeitante aos impactos económicos, consideramos que o projeto contribuiu para melhorar os indicadores de saúde pública, estimulando o desporto na saúde, como forma de preservar uma boa aptidão física do indivíduo, reduzindo desta forma os custos com a saúde.

O estabelecimento de parcerias mediante o desenvolvimento conjunto e comunitários dos programas de Desporto para Todos.com as diversas entidades que procuramos sempre envolver no projeto, contribuiu para auxiliar o desenvolvimento económico local e regional.

Por último o projeto contribui para um aumento significativo da prática desportiva e as equipas geradas serão os melhores embaixadores do imenso valor estratégico do Projeto.

A Direcção



CONTRATO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS / HUMANOS

Tal como nos anos anteriores para melhorar os desempenhos e capacidades técnicas dos vários agentes desportivos da nossa modalidade, para a FP Corfebol continua a ser fundamental a existência de um plano integrado de formação como o que temos vindo a preparar em conjunto e com o apoio do IPDJ.

No seguimento da estratégia de desenvolvimento iniciada há 5 anos, o Corfebol tem vindo a crescer e a ampliar os seus horizontes chegando cada vez mais a outras comunidades de praticantes onde a formação inicial e contínua se torna fundamental, pelo que a grande maioria dos objectivos colocados para 2018 foram atingidos e continuam pertinentes para 2019.

A formação é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da modalidade, sendo imprescindível apostar na formação de todos os agentes desportivos, desde os dirigentes, aos árbitros, secretários técnicos, treinadores, e demais agentes, como forma de promover a aquisição e actualização de novos conhecimentos.

a) de que forma o presente plano vai permitir superar as dificuldades que estiveram na origem daqueles que “não foram alcançados” ou que só foram “alcançados em parte”;

Neste novo plano iremos continuar a insistir na formação para dirigentes que consideramos imprescindível para o desenvolvimento dos próprios clubes, pois o seu sucesso, depende da formação dos dirigentes, das suas lideranças e capacidades de iniciativa e conhecimento, combinando os recursos adequados e essenciais a cada uma das áreas de desenvolvimento.

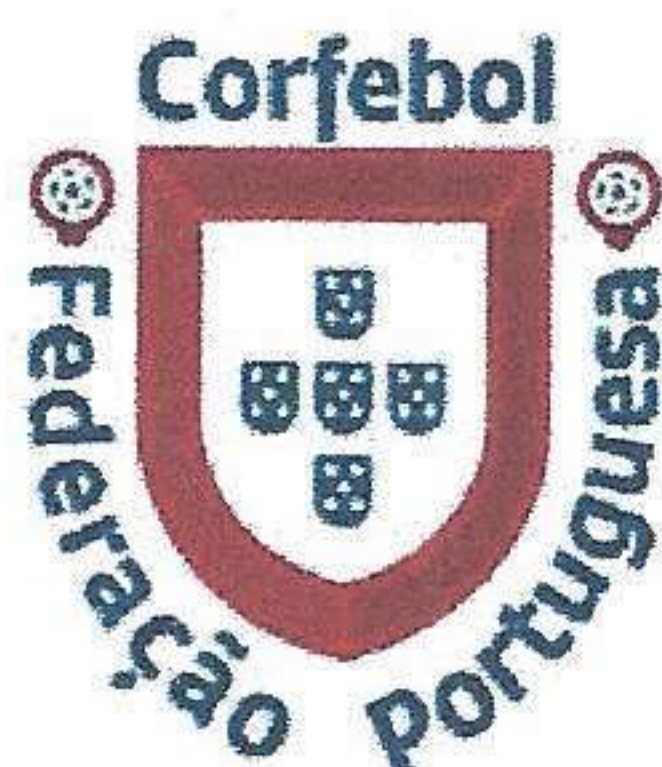
Este plano irá concorrer também para alargarmos a nossa oferta formativa nas escolas com a realização de vários Clinics de Corfebol para alunos e professores dando a conhecer o Corfebol como uma modalidade que contém em si originalidades e regras que influenciam comportamentos diferentes das outras modalidades e importantes em termos da formação global dos alunos incentivando-os para a sua prática, assim como favorecer a criação de novos ambientes de aprendizagem, que conduzem os docentes na direcção de práticas pedagógicas complementares tão relevantes para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos seus alunos, da mesma forma que a necessidade de jogar em equipa favorecem as relações grupais base da construção do saber estar em sociedade.

b) a razão pela qual os objetivos alcançados na “totalidade” permanecem como pertinentes para o próximo ano.

Os objetivos alcançados na totalidade continuam pertinentes para o próximo ano porque consideramos que as sessões técnicas e de orientação dos árbitros, para além dos testes, nos cursos de árbitros têm como objetivo oferecer aos nossos árbitros sustentáculos para melhorarem os seus desempenhos e auxiliarem na evolução da sua carreira.

A formação de árbitros e secretários técnicos tem sido uma das grandes prioridades da FP Corfebol. Os Secretários Técnicos receberam valiosos ensinamentos em sessões técnicas e de orientação, criados para ajudarem quer os árbitros, quer os juízos, a alcançarem padrões mais elevados.

A Direcção



Também a formação de Treinadores que já é desde a sua implementação, através do PNFT, uma das mais importantes áreas de desenvolvimento no contexto de treinadores de Desporto. Formar Treinadores significa formar futuros formadores de atletas e quanto melhores treinadores tivermos, maior será a eficácia de treino dos nossos atletas e consequentemente melhores desempenhos atingirão.

Na candidatura ao Programa do IPDJ de Formação de Recursos Humanos para 2018, apontava a proposta de plano de formação seguinte, cujo nível de alcance foi, como sempre sempre condicionado pelo nível de financiamento concedido.

Objectivos de 2018	Alcançado			Observações
	Todo	Parte	Não	
Ação 1 - Renovação TPTD e especialização em algumas matérias complementares.			X	Promovida e divulgada por toda a comunidade de Treinadores. Não se realizou por não ter havido inscrições.
Ação 2 – Aumentar o número de formadores da disciplina de Corfebol Adaptado.			X	Não houve necessidade de realizar esta formação.
Ação 3 Aumentar o numero de monitores de Corfebol Adaptado.			X	Idem
Ação 4 – Melhorar o nível das arbitragens.	X			Para melhorar o nível de arbitragem é necessário ter pessoas com elevado nível qualificação que possam fazer o acompanhamento de novos árbitros ajudando-os a melhorar os seus desempenhos.
Ação 5 – Melhorar o nível das arbitragens.			X	Não houve possibilidade de realizar esta ação que transita para o próximo ano.
Ação 6 – Aumentar o número de árbitros.	X			Com o desenvolvimento da modalidade é cada vez mais necessário aumentar o numero de árbitros de Corfebol. Graças a esta formação a Federação passou a contar com mais 13 novos árbitros.
Ação 7 – Aumentar o número de Treinadores		X		Pelo 2º ano consecutivo disseminámos e promovemos intensamente uma ação de formação de grau II, não tendo obtido o numero mínimo para a sua realização. Tivemos de reverter para uma ação de grau I.

A Direcção



Ação 8 – Introduzir cada vez mais o Corfebol nas Escolas, ensinando as regras e os princípios de jogo a Professores e alunos.	X			Idem
Ação 9 – Idem	X			Idem
Ação 10 – Idem	X			Idem
Ação 11 – Idem	X			Idem
Ação 12 – Idem			X	Estas ações estão sempre dependentes de solicitações das escolas
Ação 13 – Idem			X	Idem
Ação 14 – Idem			X	Idem
Ação 15 - Idem			X	Idem
Ação 16 – Formar recursos técnicos em Coimbra que permitam apoiar a criação de equipas nos clubes.	X			A realização desta ação deve-se ao grande boom de desenvolvimento do Corfebol em Coimbra que pretende inscrever equipas no CN e Universitário já na próxima época.
Ação 17 – Atualização e desenvolvimento de competências de Corfebol para Professores	X			Formámos 47 Professores nesta ação.
Ação 18 – Objetivo deste seminário: uma abordagem científica e pedagógica à modalidade desenvolvendo conhecimentos mais aprofundados, nos aspetos psicológicos e sociológicos associados ao comportamento e treino da modalidade.	X			Foi a primeira vez que a FP Corfebol realizou um seminário envolvendo esta temática. Esta ação contou uma forte adesão (108 inscrições) de Professores dos grupos 260 e 620, que se mostraram bastante empenhados. No final solicitaram que a FP Corfebol no próximo ano realizasse mais ações deste tipo.
Ação 19 – Desenvolvimento das competências de carácter transdisciplinar e específicas do Corfebol a nível nacional.	X			Ação realizada em Braga e que integra a Semana Nacional de Formação do Desporto Escolar. O Corfebol participa nesta realização a convite da DGE, desde 2016. Inscritos na turma de Corfebol:20 Professores.

A Direção



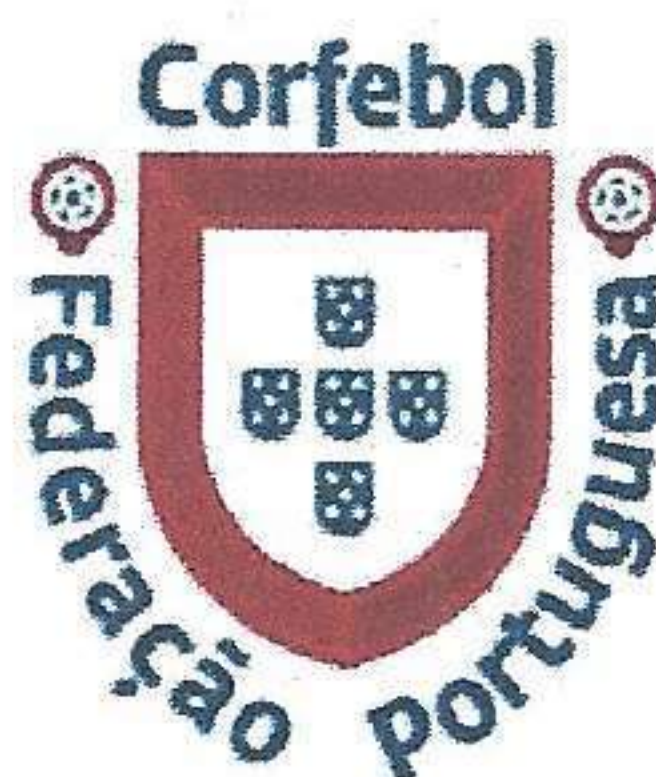
Ação 20 - Atualização e desenvolvimento de competências de Corfebol para Professores de EF na margem Sul.	X			Ação realizada em Amora/Seixal que contou com a participação de 21 Professores. A margem Sul já possui um Clube de Corfebol e tem havido grande interesse por parte dos Professores em integrar a modalidade nas suas aulas. Desta ação resultou a constituição de 2 grupos equipa de Corfebol, na Escola Básica Carlos Ribeiro, Pinhal de Frades, Seixal, e Escola Nuno Álvares na Arrentela.
Ação 21 - Desenvolvimento e aperfeiçoamento de dirigentes e outros agentes desportivos em matérias específicas.		X		Em parte, porque estamos conscientes que estas formações constituem uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento do clube e contribuir para aumentar o numero de atletas e os dirigentes não estão a querer tirar parte destas formações. Apenas se inscreveram 7 pessoas e após grande insistência da federação/dep. Formação.
Ação 22 – Idem			X	Ação de formação amplamente difundida por toda a comunidade, no entanto, não obteve inscrições suficientes. Infelizmente os dirigentes não consideram que estas ações sejam importantes para o desenvolvimento das suas competências de gestão.
Ação 23 – Idem			X	Idem.
Ação 24 – Saber preencher e funcionar com marcadores da disciplina de Corfebol Adaptado.	X			A formação de regras anteriormente prevista foi substituída pela formação de ST. Os conteúdos da ação de regras foram dados na ação de formação Nr 6 (árbitros nível I). Não obtivemos inscrições para esta formação.
Ação 25 - Idem	X			Idem.

ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CP ÉTICA

Foram realizadas as oito acções de sensibilização planeadas para Agentes desportivos, Professores, Estudantes, Público em Geral:

Ação	Local	Data	Nr. Partic.
1. Corfebol & Fair Play	Coimbra	Março	35

A Direcção



2. A Ética no Desporto	Coimbra	Março	55
3. Espírito desportivo & Fair Play	Coimbra	Abril	29
4. Os valores da ética Desportiva	Lisboa	Outubro	32
5. Lei anti-dopagem no Desporto	Lisboa	Julho	18
6. Corfebol & Fair Play	Lisboa	Outubro	108
7. Os perigos da dopagem	Lisboa	Setembro	24
8. Desporto Ética & Fair Play	Porto	Maio	15

As sessões foram divididas em sessões teóricas e práticas. Nas sessões teóricas foi feito uma forte sensibilização da população para as questões associadas à ética no desporto, e mais concretamente no que concerne ao espírito desportivo e à tolerância ao respeito dos valores éticos e morais tais como a solidariedade, a honestidade, a disciplina, a paciência, a compreensão, o respeito pelo outro, pelas regras e pela superação, e pelo trabalho etc.

Estas questões começam a ter uma importância cada vez maior e a cativar cada vez mais o interesse do público em geral que começa a ficar apreensivo com vários procedimentos de alguns intervenientes em algumas modalidades desportivas.

Foram realizadas sessões para adultos e outras apenas com crianças onde se fez uma abordagem mais focalizada na prática de valores como o fair play e respeito pelas regras do jogo, o cultivo da amizade, tolerância, colaboração e entreajuda.

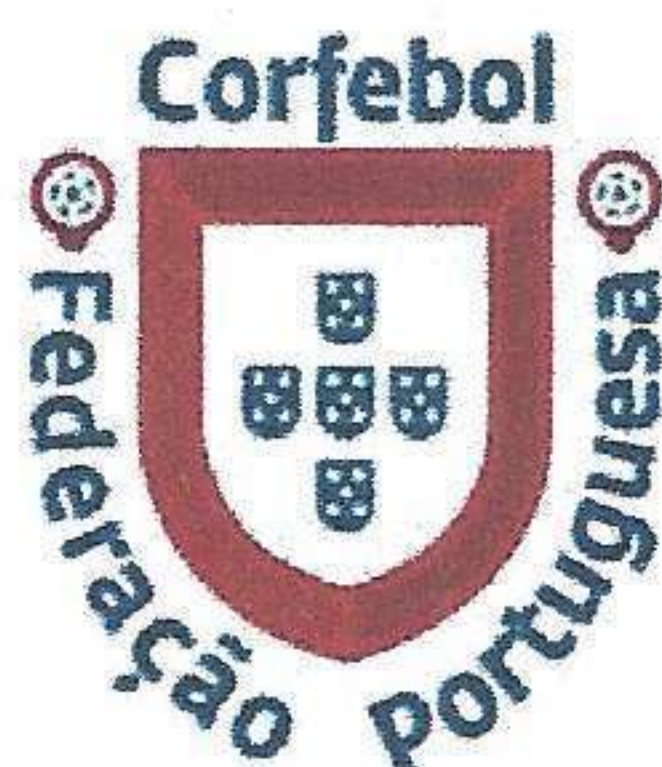
Com estas acções pretendemos enfatizar o desporto enquanto escola de ética para a vida, dado que o acesso dos jovens à prática desportiva é cada vez mais focalizado nos resultados, relegando para segundo plano a educação dos princípios e valores éticos, enquanto auxiliar relevante para a moralização do ato desportivo e edificação do carácter dos mais jovens, sendo cada vez mais importante a divulgação e defesa dos valores, princípios e mensagens éticas do desporto, denunciando todos os comportamentos que contribuem para a criação de situações nocivas desses princípios.

Para além das 8 acções de sensibilização referidas a FP Corfebol adotou a estratégia de em todas as acções de formação organizadas pelo seu departamento de formação, ter um módulo dedicado aos valores éticos e de fair play cada vez mais essenciais no desporto. Foi o caso de 17 acções de formação realizadas:

- Formação de Assessores de Árbitros
- Iniciação de Árbitros Nível I
- Curso Treinadores Grau I – Lisboa
- Curso Treinadores Grau I – Coimbra
- Clinics de Professores e Monitores – 9 acções
- Formação para Dirigentes – 2 acções
- Formação para Secretários Técnicos – 2 acções

Para além dos Torneios de Juvenis e Juniores nos escalões de Infantis A e B, Iniciados, Juvenis e Juniores e 5 acções de sensibilização integradas e no âmbito do Corfebol Adaptado, realizado com técnicos e atletas de deficiência intelectual (cerca de 280) da região de Lisboa, Leiria, Coimbra, Santarém, Alentejo e Algarve.

A Direcção



OUTRAS ACTIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO REALIZADAS:

- **Futurália** – FIL - 14-17 de Março – 4 dias (full time)
- **Corrida Plicas** – HMSports – 13 de maio
- **Projeto SELFI** – ATL Alvalade – 10/11 de julho
- **MD'18 Desporto** – Fórum Cultural de Alcochete – 12 de outubro
- **Receção aos Caloiros – Concurso de Lançamentos** – ISEC – 7 de novembro

CONSIDERANDOS PERSPECTIVOS E PROSPECTIVOS

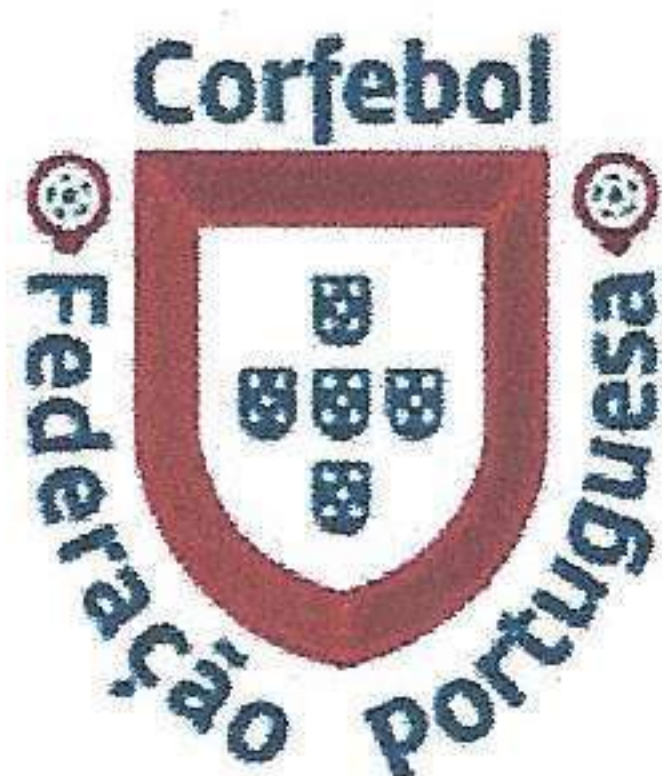
Perspectivos

1. Mantém-se uma debilidade em recursos financeiros, materiais e humanos para acorrer a múltiplas oportunidades de desenvolvimento que de uma forma crescente têm surgido em todas as geografias
2. Contribuiu de forma significativa para o apetrechamento e melhoria do desenvolvimento da execução a continuação do apoio com a Junta da freguesia em que a FPC está sediada, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento do projecto de academias e de representação internacional
3. Mantém-se a inércia dos patrocínios privados apesar de se registar o apoio em géneros e logístico pelas autarquias que pode ter potencialmente de se aproximar dos objectivos em orçamento
4. Os recursos humanos limitados constituem uma constrição relevante ao desenvolvimento da actividade de desenvolvimento, aleada a uma enorme carência de voluntariado, mercê também dos calendários escolares preenchidos por todo o horário de dia.
5. Para fazer face aos elevados custos das representações internacionais, A redução de custos em 4.122,45€ tornou-se imperativa p com recurso também a outras disponibilidades, tendo também (incluída nesta verba) impossibilitado o esperado apoio à deslocação de Clubes ao estrangeiro (D.)

Prospectivos

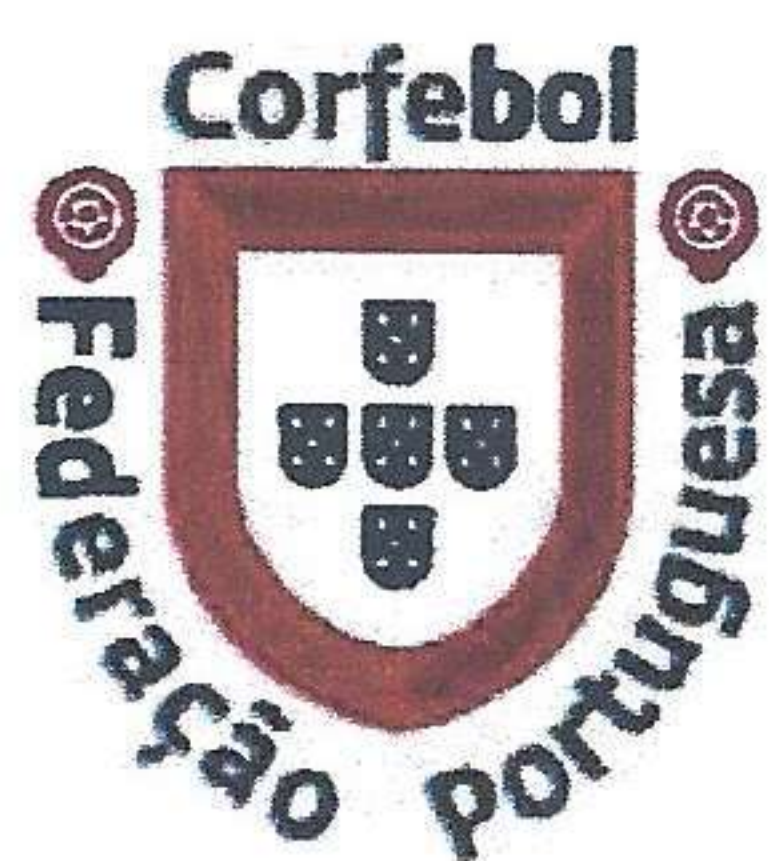
6. Mantém-se a necessidade de reforçar e multiplicar as relações de sinergia com as autarquias locais e associações que disponibilizem os meios para a divulgação e desenvolvimento de parcerias locais.
7. O tecido escolar é vasto e complexo mas é aí que se colhem os sinais de desenvolvimento da modalidade no futuro. O 1º ciclo mais próximo das autarquias de proximidade e associações de pais é um grau que tem de merecer continuada atenção, evidenciando a modalidade Academia como formato apropriado e apoio pelas autarquias. Para além dos workshops para professores de educação física do 1º ciclo, a formação acreditada de professores aumenta o número de professores oficiais de ensino aptos e motivados para o Corfebol nas escolas e a criação de grupos-equipas e clubes de escola.

A Direcção



8. Continuar a sensibilizar os clubes de Corfebol para a necessidade de um maior número de iniciativas de desenvolvimento e experimentação, tanto quanto possível, integrados em acções conjuntas com a Federação, alavancando o seu crescimento.
9. Reforçar o foco na AM de Lisboa, nomeadamente nos concelhos ao Sul do Tejo5. Retirar o maior partido da emergente AM de Coimbra.
10. Desenvolver acções de divulgação junto dos clubes desportivos incentivando a criação de seções de Corfebol como prática desportiva que mobiliza jovens de ambos os sexos.
11. Para além de se ter concretizado a mobilização de um colaborador no Norte, criar condições para levar a Coimbra as experiências e ajudas dos Clubes de Corfebol da Área Metropolitana de Lisboa.
12. Aproveitar as sinergias com a expansão do Corfebol que tem proporcionado a Disciplina Adaptada, nomeadamente nos distritos do Sul e da AM do Porto.
13. Arrancar com o projecto Olivais joga misto para lançar a Academia de 1º ciclo com o já planeado apoio da Junta dos Olivais, com futura influência em Lisboa Oriental
14. Reforçar a relação com a DGE e em particular com o Desporto Escolar, alavancando o crescente interesse no Corfebol nas escolas, juntando as camadas de Iniciados e infantis com as acções do DE.

A Direcção



Relatório Financeiro e Contas da Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018

1 - Introdução

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Corfebol, com sede social em Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2018.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Corfebol, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

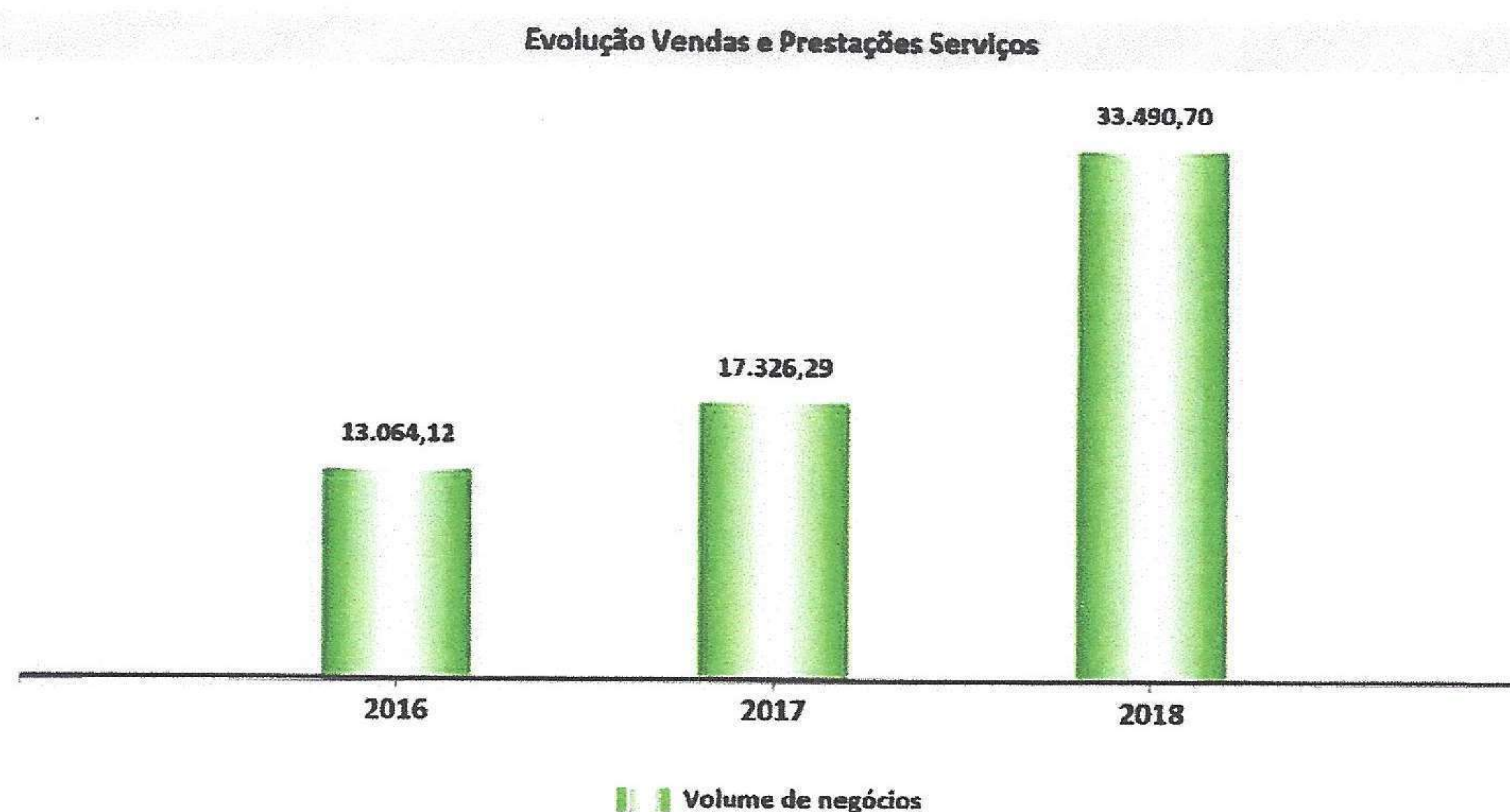
1.1 - Apresentação da Entidade

O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de 800 atletas federados. Conta agora com 42 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa. Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as nossas seleções nacionais têm conseguidos excelentes resultados nas competições internacionais, em todos os escalões. Atualmente, os maiores clubes são Núcleo de Corfebol de Benfica, Clube Carnaxide Cultura e Desporto, Clube de Corfebol de Oeiras, Club Internacional de Foot-ball, Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, Korfball Lisbon Project, Grupo Desportivo dos Bons Dias e Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham um aumento da atividade desenvolvida pela Federação. O volume de negócios atingiu um valor de 33.490,70 euros, representando uma variação de 93,29% relativamente ao ano anterior, pelo facto da Federação em 2015 ao contrário do ano anterior no ter organizado eventos internacionais.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



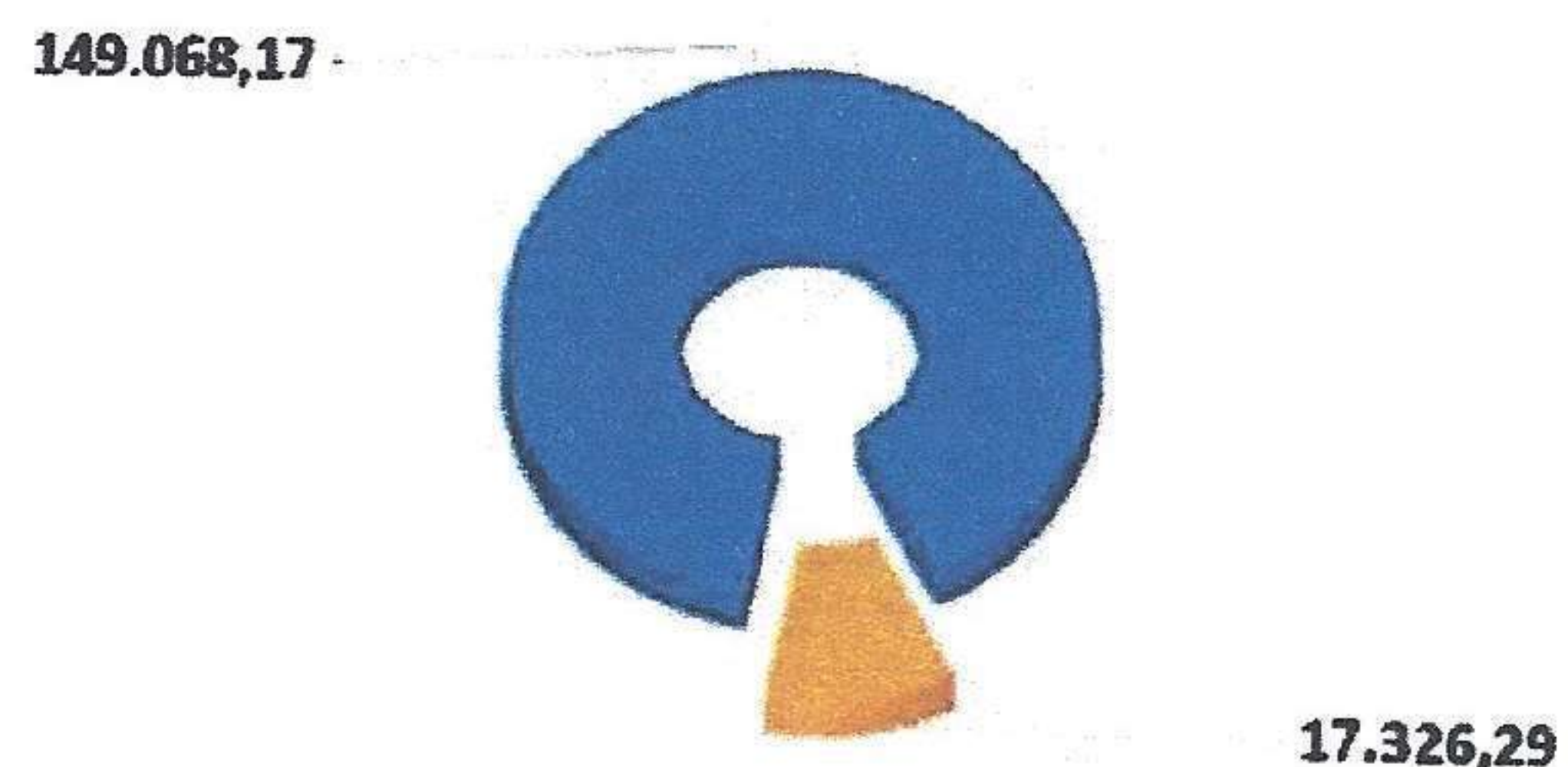
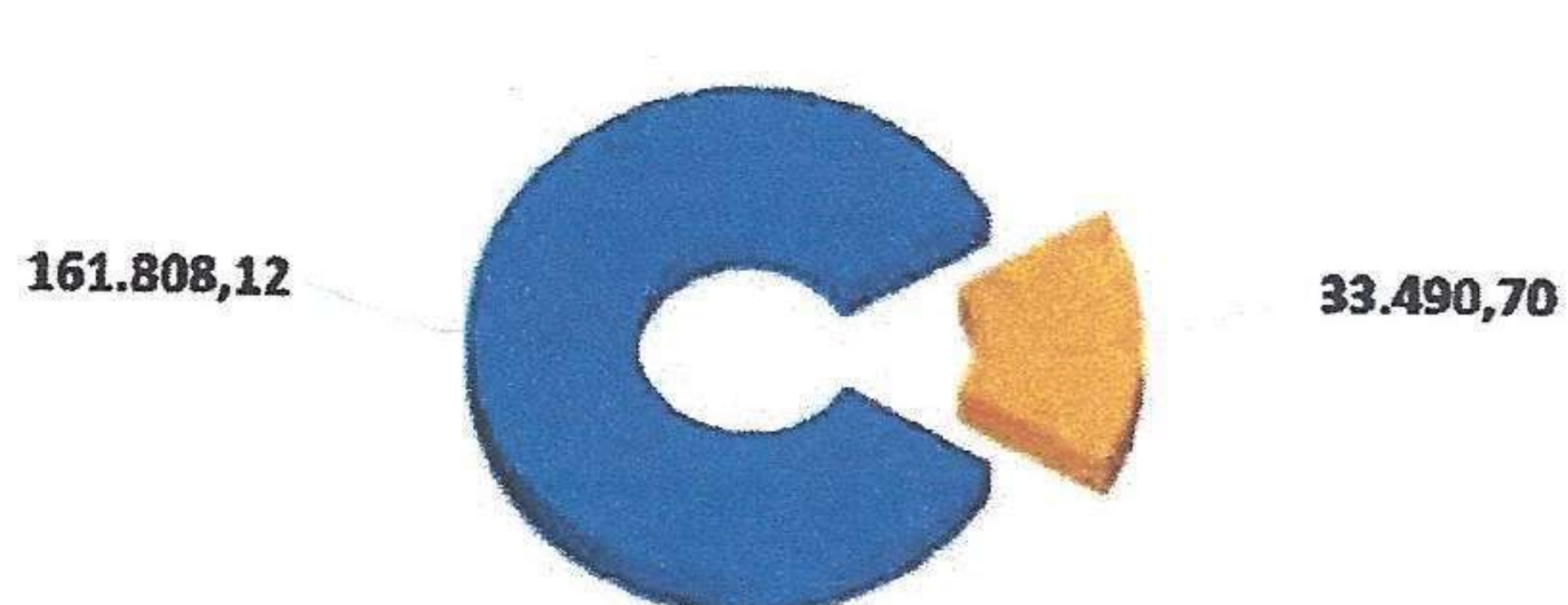
A Direção



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018

2018

2017

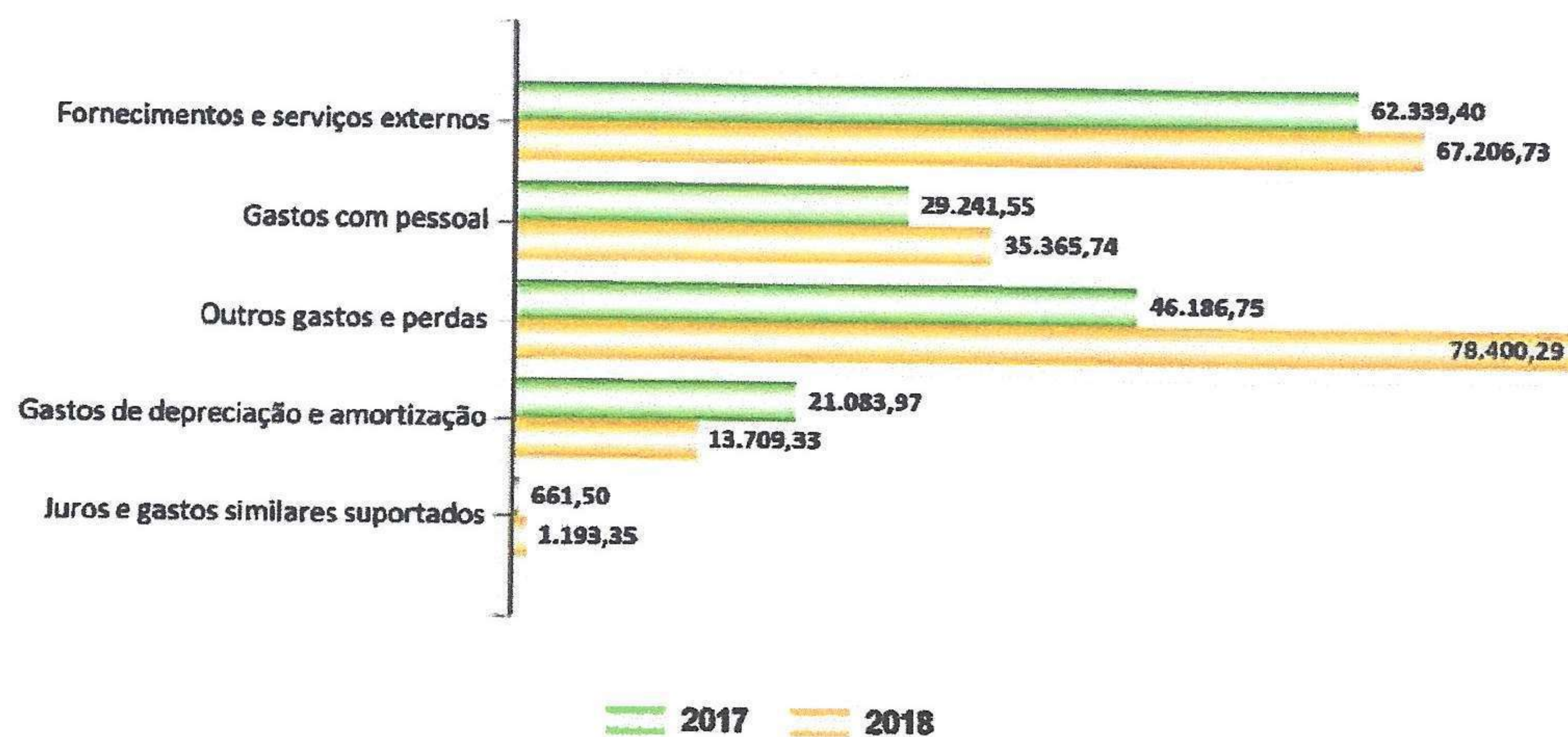


Outros Rendimentos Prestação de Serviços

Outros Rendimentos Prestação de Serviços

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

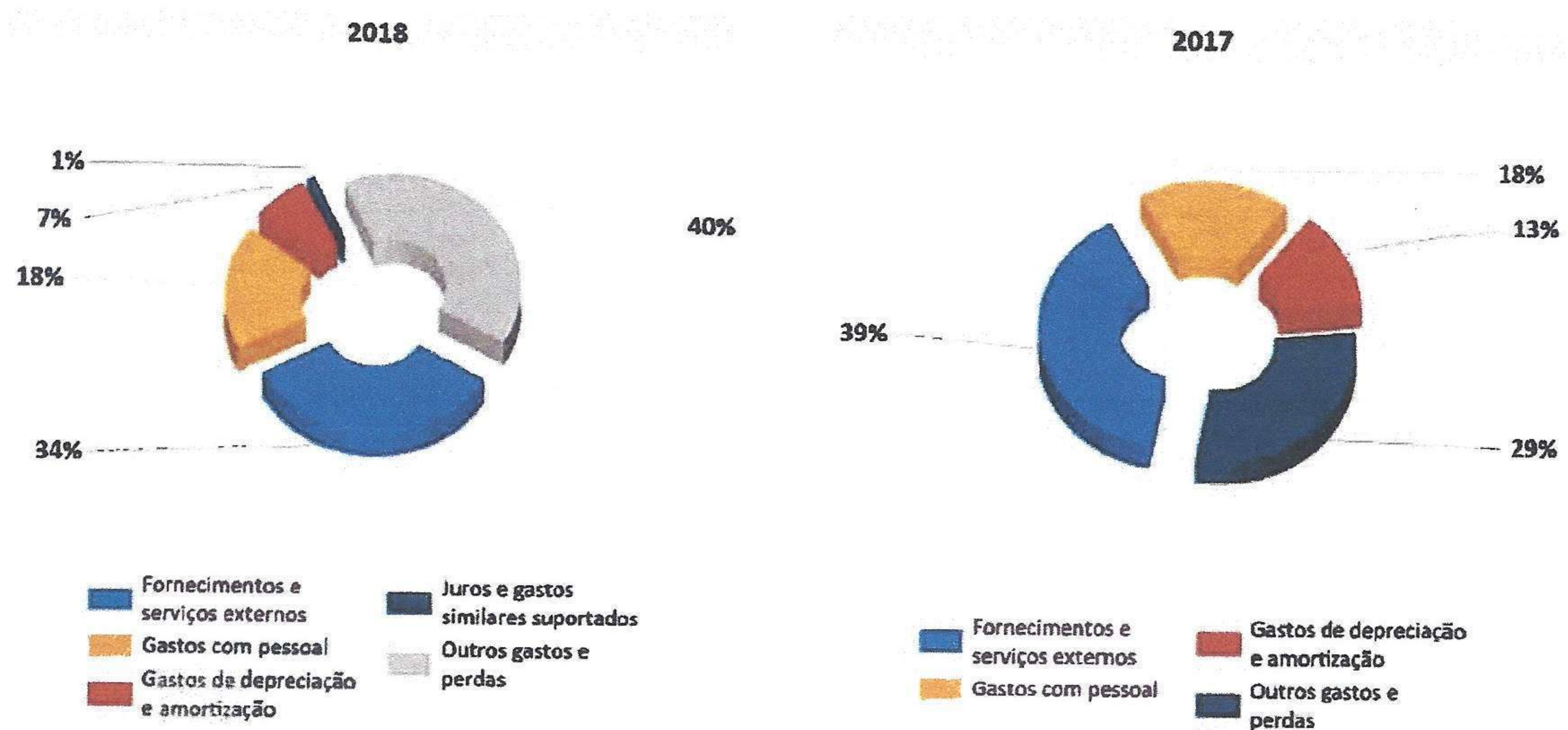
Estrutura de Gastos



2017 2018

A Direcção

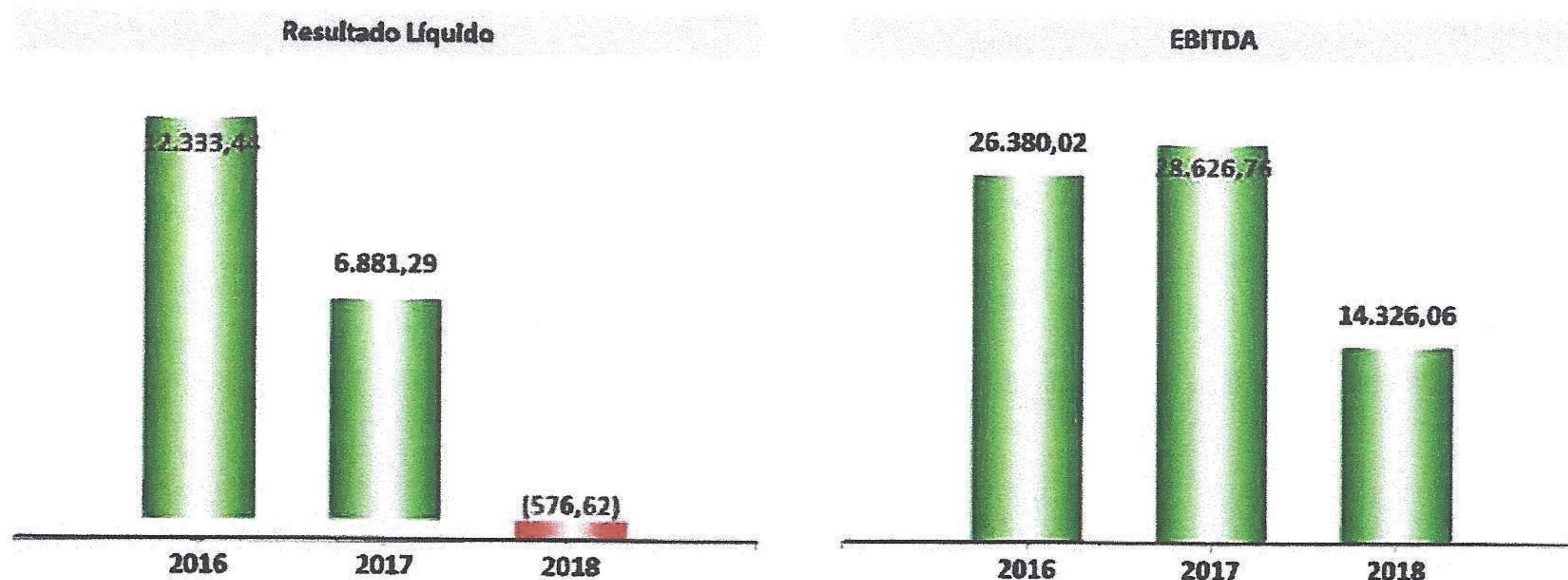
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	35.365,74	29.241,55	23.432,96
Nº Médio de Pessoas	2,00	1,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	17.682,87	29.241,55	23.432,96

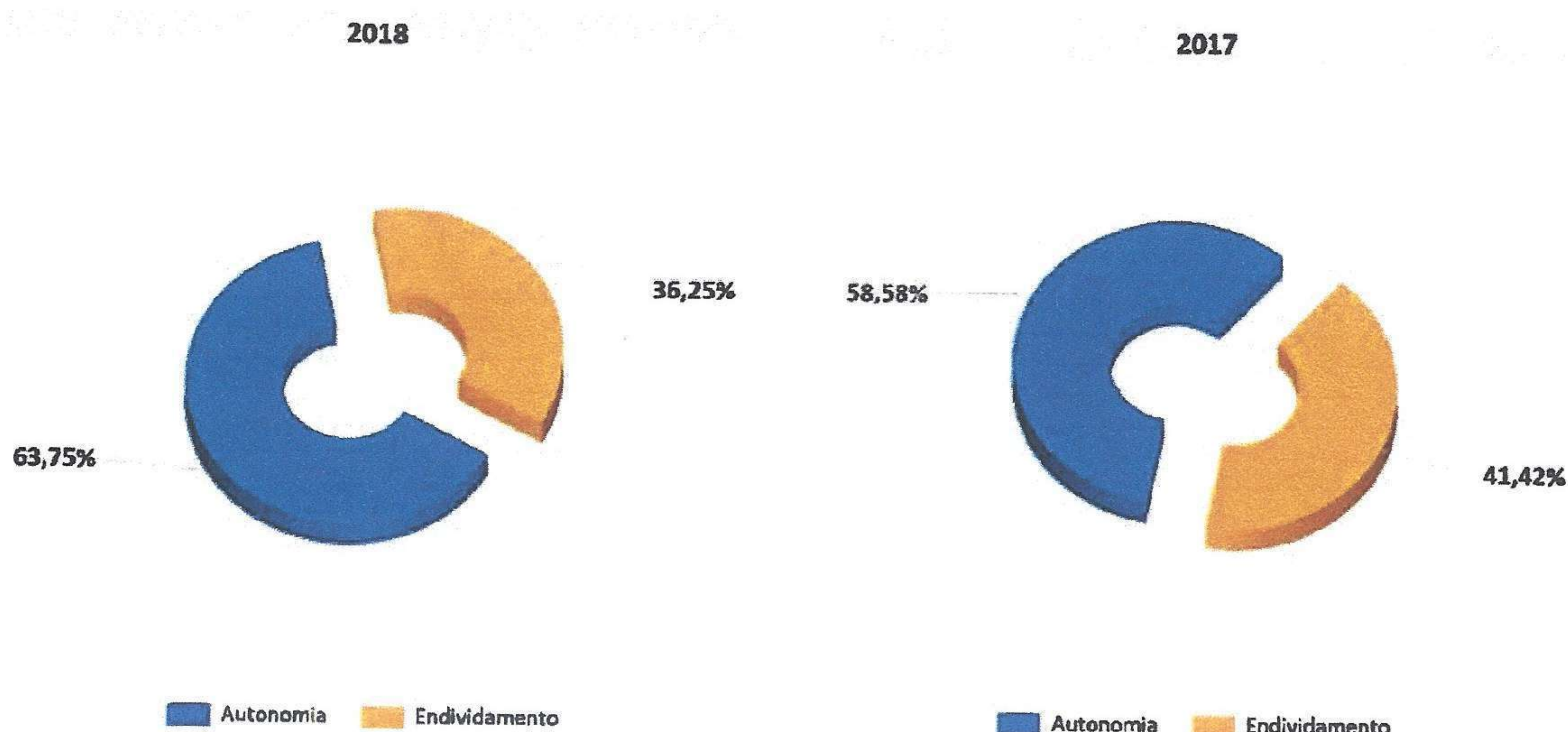
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



A Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Autonomia	0,64	0,59	0,63
Solvabilidade	1,76	1,41	1,68
Liquidez Geral	0,67	0,58	0,38

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	47.585,65	76 %	40.148,14	76 %
Ativo corrente	15.284,50	24 %	12.655,01	24 %
Total ativo	62.870,15		52.803,15	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	40.077,49	64 %	30.931,27	59 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	22.792,66	36 %	21.871,88	41 %
Total Capital Próprio e Passivo	62.870,15		52.803,15	

A Direcção



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018

3 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A Federação espera em 2019, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

4 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Corfebol:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Corfebol no período económico findo em segunda-feira, 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de -576,62 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2018
Resultados Transitados	(576,62)

A Direção



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2018

6 - Agradecimentos

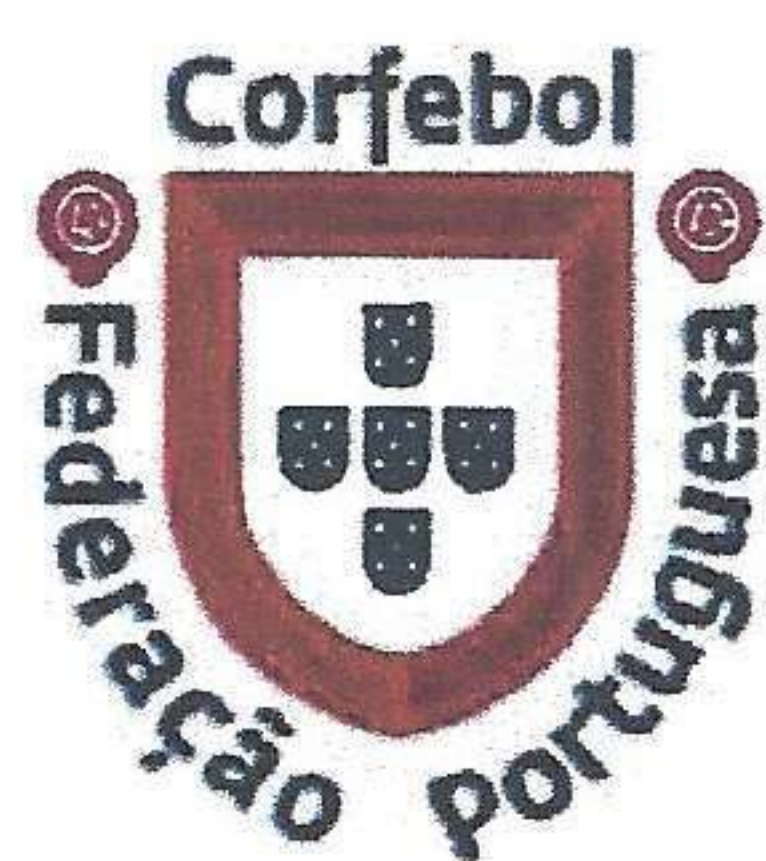
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Corfebol.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 08 de março de 2019

A Direção



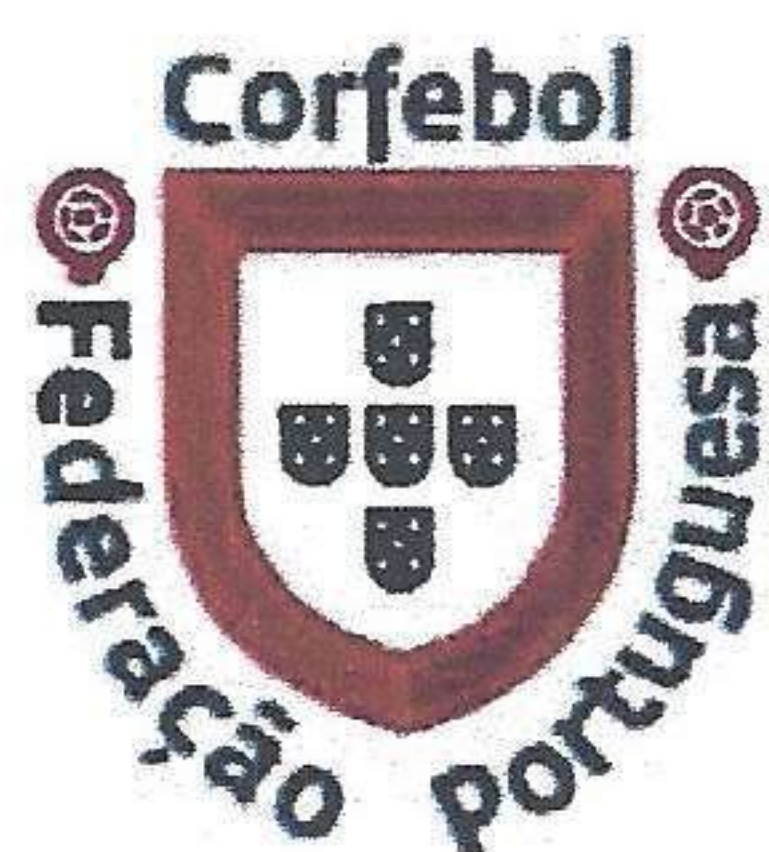
Balanço

Balço em 31-12-2018
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	47.560,06	40.148,14
Outros créditos e ativos não correntes	8	25,59	
		47.585,65	40.148,14
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	1.239,00	825,57
Diferimentos	8	419,93	232,31
Caixa e depósitos bancários	11	13.625,57	11.597,13
		15.284,50	12.655,01
Total do ativo		62.870,15	52.803,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	9.259,18	2.377,89
Resultados transitados	8	(3.550,62)	(3.550,62)
Excedentes de revalorização	8	6.300,00	6.300,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	28.645,55	18.922,71
Resultado líquido do período		(576,62)	6.881,29
Total dos fundos patrimoniais		40.077,49	30.931,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	1.582,00	4.633,52
Estado e outros entes públicos	10	1.506,26	1.263,63
Financiamentos obtidos	5;8	14.833,47	2.731,96
Diferimentos			6.870,00
Outros passivos correntes	8;9	4.870,93	6.372,77
		22.792,66	21.871,88
Total do passivo		22.792,66	21.871,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		62.870,15	52.803,15

A Direção

Contabilista Certificado 73998



Demonstração dos Resultados por Naturezas



Demonstração de Resultados por Natureza do período
findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Corfebol

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	33.490,70	17.326,29
Subsídios, doações e legados à exploração	7	150.007,49	137.912,21
Fornecimentos e serviços externos	6	(67.206,73)	(62.339,40)
Gastos com o pessoal	9	(35.365,74)	(29.241,55)
Outros rendimentos	6	11.800,63	11.155,96
Outros gastos	6	(78.400,29)	(46.186,75)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14.326,06	28.626,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(13.709,33)	(21.083,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		616,73	7.542,79
Juros e gastos similares suportados	5	(1.193,35)	(661,50)
Resultado antes de impostos		(576,62)	6.881,29
Resultado líquido do período		(576,62)	6.881,29

A Direção

Contabilista Certificado 73998

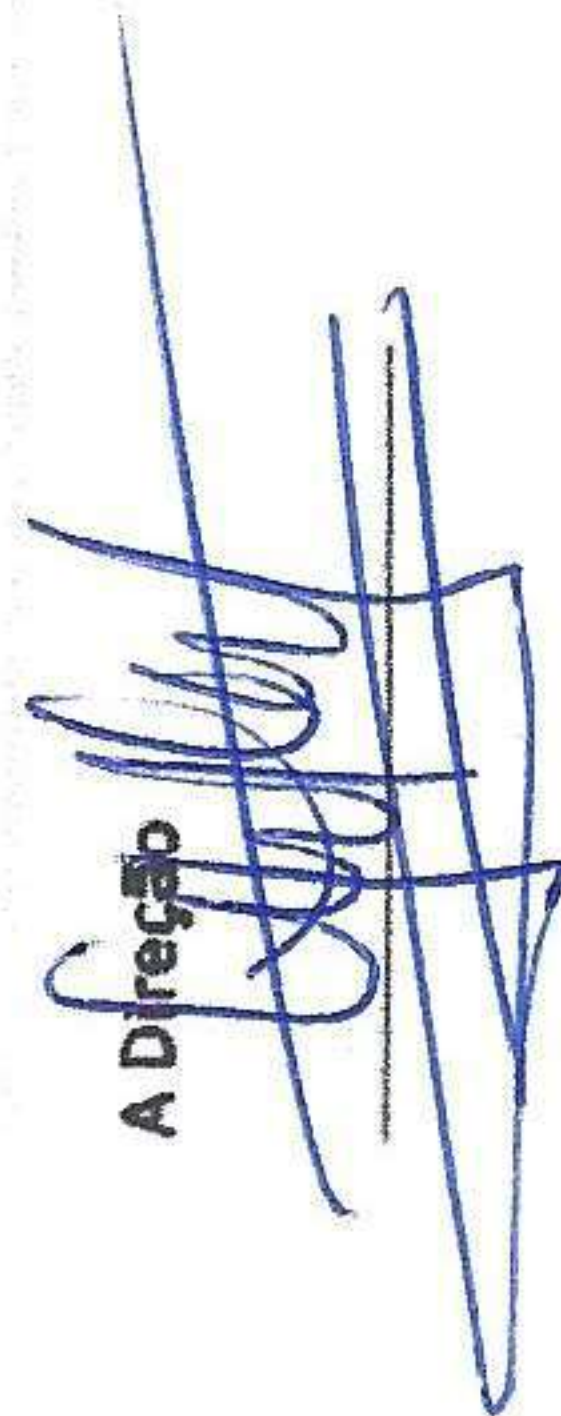
David Santiago



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2018
 (montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 6		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.931,27		30.931,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO 3											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais 7							9.722,84		9.722,84		9.722,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8							9.722,84		9.722,84		9.722,84
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								(576,62)	(576,62)		(576,62)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								9.146,22	9.146,22		9.146,22
Distribuições 10		6.881,29						(6.881,29)			
		6.881,29						(6.881,29)			
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6+7+8+10		9.259,16			(3.550,62)	6.300,00	28.645,55	(576,62)	40.077,49		40.077,49

A Direção


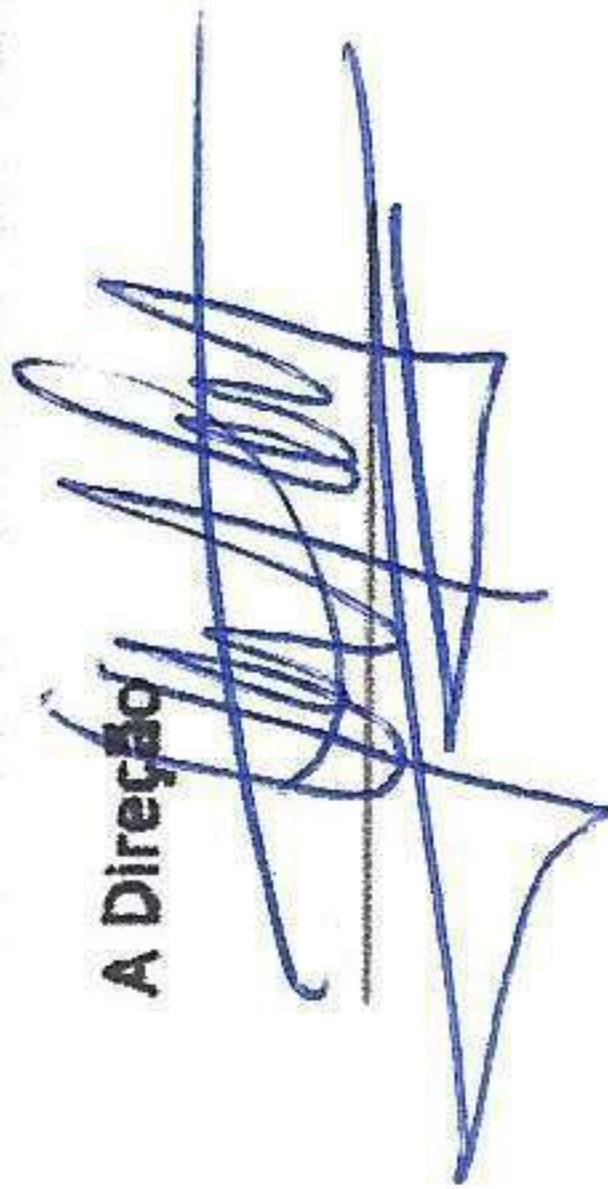
Contabilista Certificado 73998


 Contabilista Certificado 73998

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

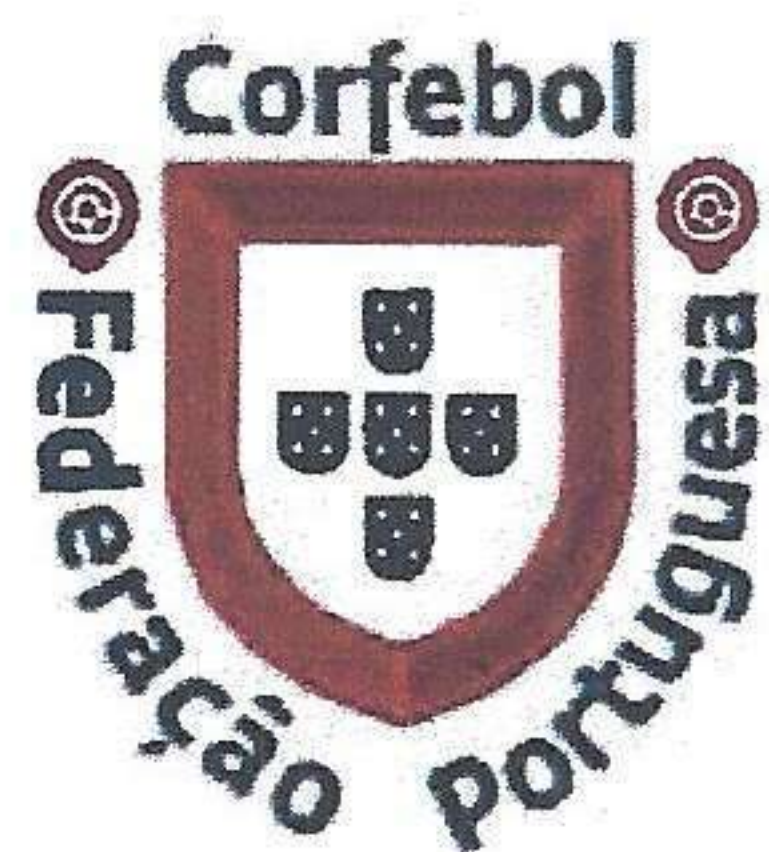
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 1					(13.506,17)	6.300,00	20.658,00	12.333,44	25.785,27		25.785,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3	2						(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								6.881,29	6.881,29		6.881,29
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações	5	2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
		2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6=1+2+3+5		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.931,27		30.931,27

A Direção

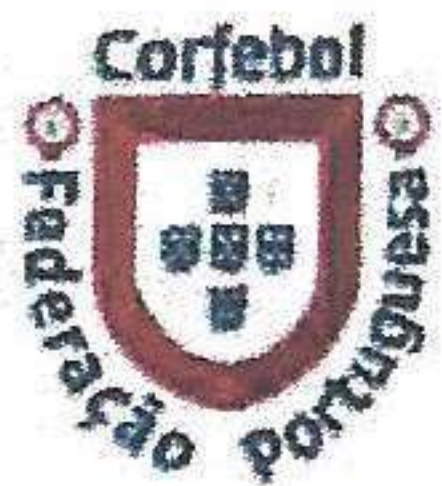


Contabilista Certificado 73998





Demonstração dos Fluxos de Caixa



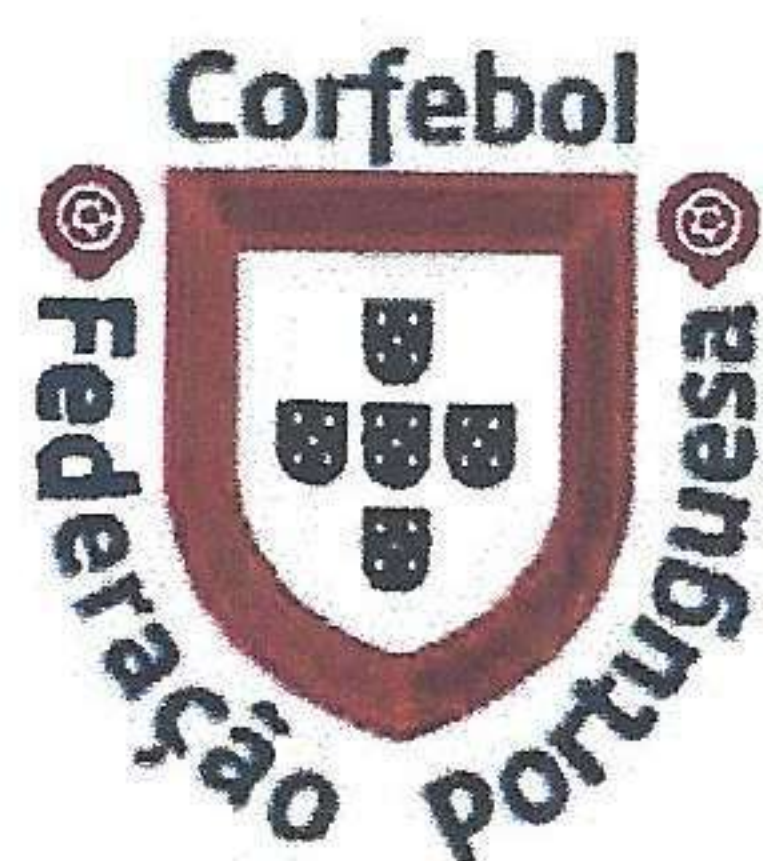
Demonstração de Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2018
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Corfebol

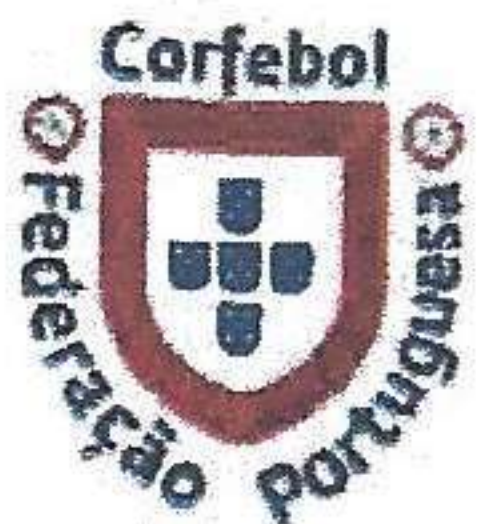
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		26.420,70	17.326,29
Pagamentos a fornecedores		148.240,07	60.577,97
Pagamentos ao pessoal	9	21.818,10	28.949,64
Caixa gerada pelas operações		(143.637,47)	(72.201,32)
Outros recebimentos/pagamentos		145.126,99	102.627,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.489,52	30.426,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4		25.781,75
Investimentos financeiros		25,59	
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento			1.675,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(25,59)	(24.106,13)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	35.000,00	25.858,19
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	33.849,14	23.280,47
Juros e gastos similares	5	586,35	661,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		564,51	1.916,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.028,44	8.236,16
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	11.597,13	3.360,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	13.625,57	11.597,13

A Direção

Contabilista Certificado 73998



Anexo às Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de Setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- a) Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- b) Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- c) Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- d) Representar a modalidade dentro e fora do país;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- f) Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

A Direção

Contabilista Certificado 73998

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em domingo, 31 de dezembro de 2017.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

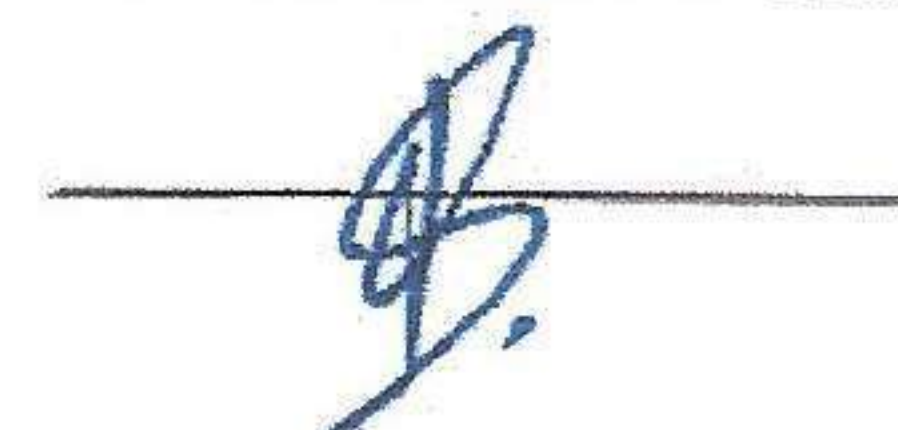
2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

A Direção



Contabilista Certificado 73998



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

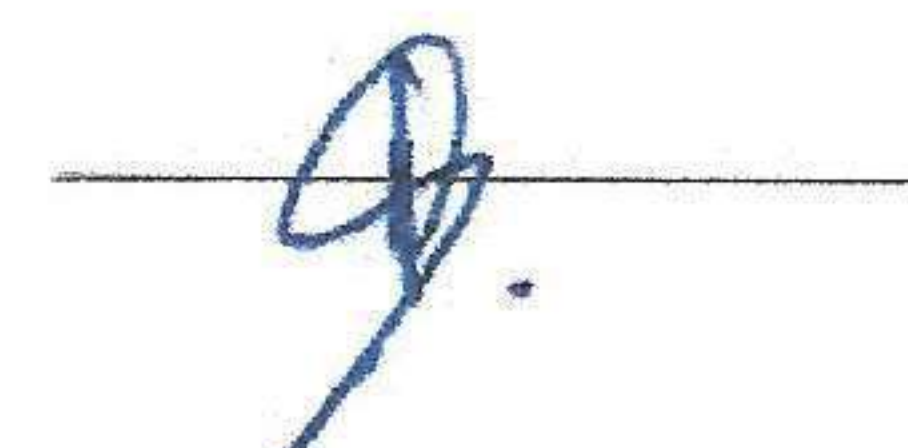
- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

A Direção



Contabilista Certificado 73998



Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) "os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas":

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, "só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Direção

Contabilista Certificado 73998

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos. Os ativos fixos tangíveis estão a ser depreciados à taxa máxima.

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas			24.968,76	11.404,00	5.139,27					41.592,03
Saldo no início do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Variações do período			10.948,56	(2.838,84)	(637,80)					7.411,92
Total de aumentos			21.121,25							21.121,25
Aquisições em primeira mão			21.121,25							21.121,25
Total diminuições			10.172,69	2.838,84	637,80					13.709,33
Depreciações do período			10.172,69	2.838,84	637,80					13.709,33
Outras transferências					0,00					0,00
Saldo no fim do período			44.116,51	3.017,16	426,39					47.560,06
Valor bruto no fim do período			79.257,96	17.400,00	6.203,46					102.861,42
Depreciações acumuladas no fim do período			35.141,45	14.382,84	5.777,07					55.301,36

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			39.803,85	17.400,00	4.754,57					55.958,42
Depreciações acumuladas			10.434,58	5.742,00	4.331,48					20.508,06
Saldo no início do período			29.369,27	11.658,00	423,09					35.450,36
Variações do período			9.798,68	(5.742,00)	641,10					4.697,78
Total de aumentos			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Aquisições em primeira mão			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Total diminuições			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Depreciações do período			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Saldo no fim do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Valor bruto no fim do período			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas no fim do período			24.968,76	11.404,00	5.139,27					41.592,03

A Direção

Contabilista Certificado 73998

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2018 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 1.193,35 euros.

5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		14.833,47		1.457,56	1.193,35				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		14.833,47		1.457,56	1.193,35				
Empréstimos específicos									
Total dos empréstimos		14.833,47		1.457,56	1.193,35				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	1.193,35	661,50
Juros de financiamentos suportados	1.193,35	661,50
Juros de empréstimos bancários	1.193,35	
Juros de contratos de cartões de crédito		661,50

A Direção

Contabilista Certificado 73998

6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. **Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	33.490,70	17.326,29
Outros réditos	161.808,12	149.068,17
Total	195.298,82	166.394,46

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios, doações e legados à exploração - 150.007,49 euros

Outros rendimentos - 11.800,63 euros

- 6.3. **Outros Rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Outros Rendimentos	11.800,63	11.155,96	6.118,36
Imputação de Subsídios para Investimentos	6.190,35	8.410,91	5.742,00
Outros	5.610,28	2.745,05	375,05
Rendimentos de Outros Juros			1,31

- 6.4. **Outros Gastos**

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Outros Gastos	78.400,29	46.186,75	51.700,62
Impostos	626,13	456,01	21,15
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos	375,00	100,00	
Quotizações	5.885,00	4.105,00	5.185,00
Outros	71.204,32	41.326,89	46.494,06
Outros Gastos de Financiamentos	264,21		

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" respeita a gastos específicos da atividade desportiva, são os seguintes:

Seguro desportivo - 5.004,00 euros

Troféus - 5.873,94 euros

Organização de campeonatos - 60.326,38 euros

6.5. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	37.195,07	33.958,35
Trabalhos especializados	6.062,06	5.086,92
Publicidade e propaganda	6.150,00	
Vigilância e segurança	532,80	520,07
Honorários	23.543,55	27.095,15
Conservação e reparação	306,70	895,96
Outros	599,96	360,25
Materiais	2.646,31	3.191,01
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	579,66	828,44
Livros e documentação técnica		23,40
Material de escritório	1.912,26	2.039,71
Artigos para oferta	32,40	
Outros	121,99	299,46
Energia e fluidos	3.642,71	3.232,85
Eletricidade	738,37	644,57
Combustíveis	2.414,98	2.129,17
Água	489,36	459,11
Deslocações, estadas e transportes	9.574,88	11.849,58
Deslocações e estadas	4.563,68	7.765,14
Outros	5.011,20	4.084,44
Serviços diversos	14.147,76	10.107,61
Rendas e alugueres	7.103,44	6.554,79
Comunicação	6.034,27	2.661,24
Seguros	257,43	247,82
Contencioso e notariado		102,00
Limpeza, higiene e conforto	752,62	541,76
Total	67.206,73	62.339,40

A Direção

Contabilista Certificado 73998

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	10.675,62	15.913,19	6.190,35						
Para ativos fixos tangíveis	10.675,62	15.913,19	6.190,35						
Equipamento básico	10.675,62	15.913,19	6.190,35						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	128.649,38	139.172,58	139.172,58						
Valor dos reembolsos efetuados no período	10.675,62	15.913,19	6.190,35						
De subsídios ao investimento	10.675,62	15.913,19	6.190,35						
De subsídios à exploração									
Total	128.649,38	139.172,58	139.172,58						

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude:

Desenvolvimento da prática desportiva - 87.700,00 euros

C.P. Formação RH - 9.000,00 euros

Corfebol para todos - 30.000,00 euros

IKF European Shield - 5.045,11 euros

Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica - 20.000,00 euros

IEFP - 3.340,66 euros

No exercício de 2018 foram adquiridos vários equipamentos básicos, nomeadamente postes e cestos no montante de 21.125,15 euros, dos quais 15.913,19 euros comparticipados pelo subsídio do desporto para todos.

Estes equipamentos encontram-se a ser depreciados à taxa máxima, sendo o subsídio reconhecido em resultados na mesma proporção.

O registo deste subsídio encontra-se consagrado na NCRF - ESNL14.

7.2. Donativos

Os donativos atribuídos à Federação ascenderam a 10.834,91 euros.

A Direção



Contabilista Certificado 73998



8 - Instrumentos financeiros

8.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

8.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	2.377,89		6.881,29	9.259,18
Resultados transitados	(3.550,62)			(3.550,62)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6.300,00			6.300,00
Outros excedentes	6.300,00			6.300,00
Outras variações nos capitais próprios	18.922,71	6.190,35	15.913,19	28.645,55
Subsídios	13.922,71	6.190,35	15.913,19	23.645,55
Outras variações	5.000,00			5.000,00
Total	24.049,98	6.190,35	22.794,48	40.654,11

8.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			1.239,00		
Outras contas a receber			1.239,00		
Passivos financeiros:			6.452,93		
Fornecedores			1.582,00		
Financiamentos obtidos			14.833,47		
Outras contas a pagar			4.870,93		
Ganhos e perdas líquidos:			(309,84)		
De ativos financeiros			(45,63)		
De passivos financeiros			(264,21)		
Rendimentos e gastos de juros:			(1.193,35)		
De passivos financeiros			(1.193,35)		

8.4. Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 419,93 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor
Outros gastos	419,93

A Direção

Contabilista Certificado 73998

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em 31 dezembro de 2018 a federação tinha 2 colaborador.

Um dos quais em regime de estágio do IEFP.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	35.365,74	29.241,55
Remunerações do pessoal	29.538,19	24.202,96
Encargos sobre as remunerações	5.503,15	4.943,54
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	324,40	95,05

Não existem dívidas para com o colaborador.

10 - Impostos e contribuições

10.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		892,35		628,14
Contribuições para a Segurança Social		613,91		635,49
Total		1.506,26		1.263,63

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Direção

Contabilista Certificado 73998

11 - Fluxos de caixa

11.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	11.597,13	232.983,11	230.954,67	13.625,57
Outros depósitos bancários				
Total	11.597,13	232.983,11	230.954,67	13.625,57

11.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

12 - Outras divulgações

12.1. Acontecimentos após a data de balanço

Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

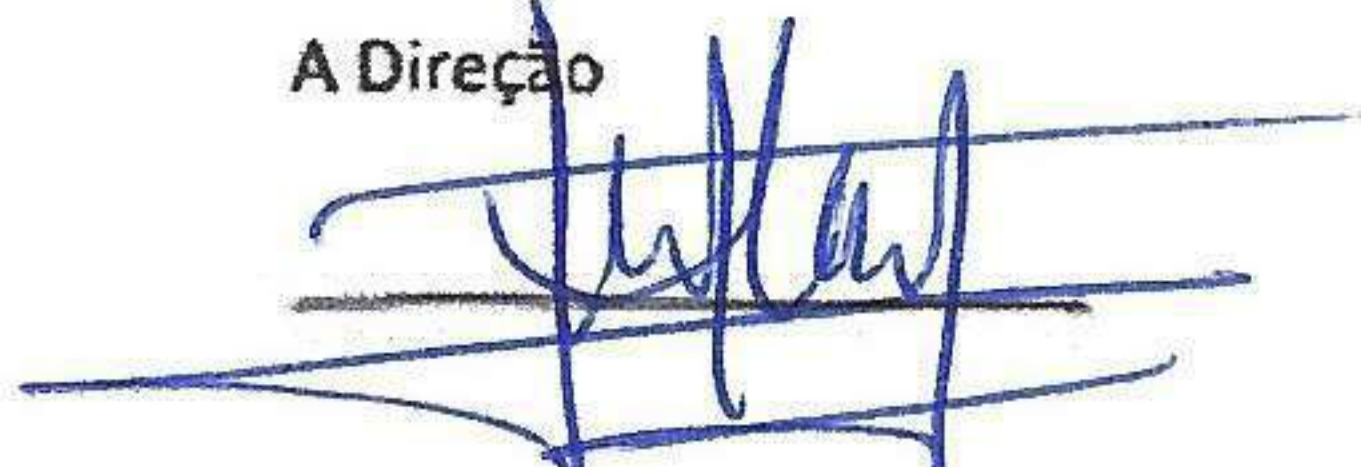
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

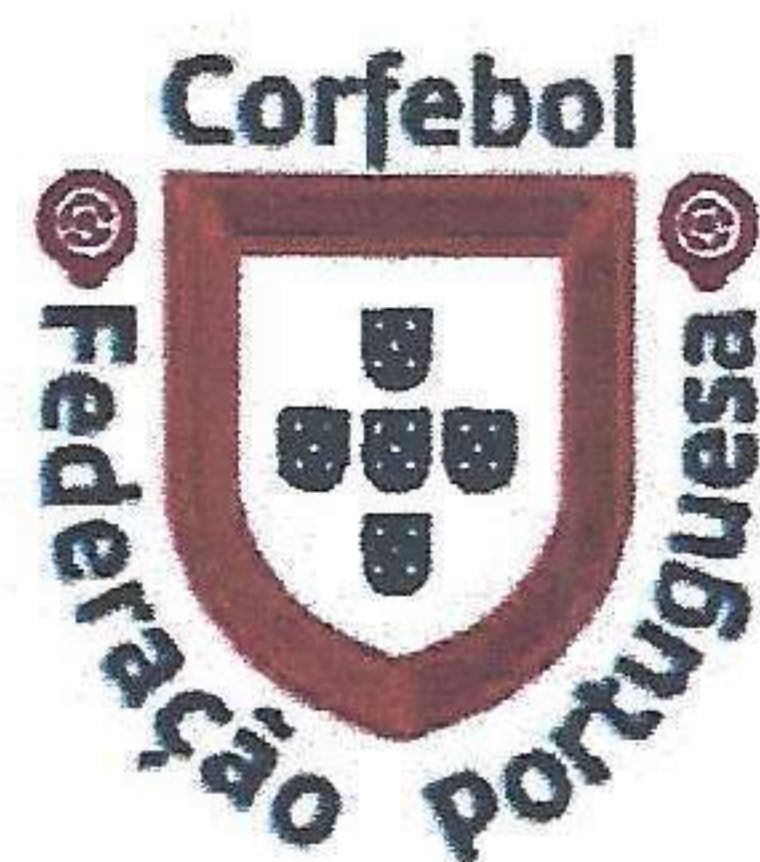
Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

A Direção



Contabilista Certificado 73998





Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 62.870 euros e um total de fundos patrimoniais de 40.077 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 577 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

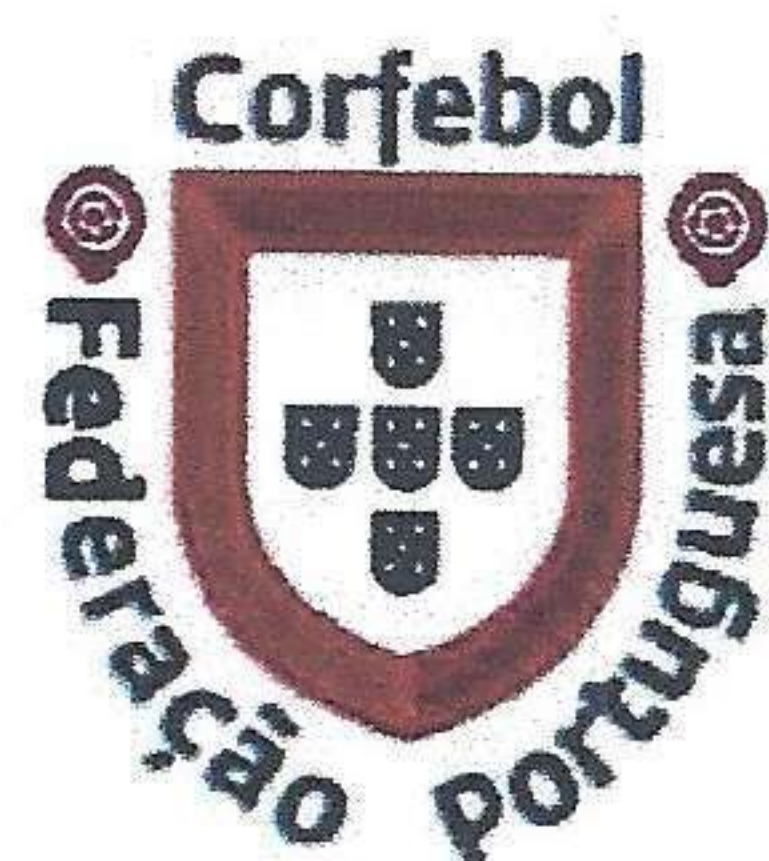
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2019

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:


Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018.

Lisboa, 14 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018.

Lisboa, 14 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 62.870 euros e um total de fundos patrimoniais de 40.077 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 577 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2019

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)